



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e quinze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Aurélio Pedro Monteiro Ferreira;
- Carlos Alberto Fernandes Logrado;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 09:30 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO
2. APROVAÇÃO DA ATA N.º 31, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2015
3. APROVAÇÃO DA ATA N.º 32, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2015
4. REQ. N. 1624/15, DATADO DE 06/11/2015 – PC N.º 185/15, DATADO DE 06/04/2015 – ETELVINA MOUCO DENIS GOMES FONTE
5. REQ. N. 1485/15, DATADO DE 14/10/2015 – PC N.º 377/15, DATADO DE 14/10/2015 – EXPLENDING LAR DE IDOSOS LDA

6. REQ. N. 1708/15, DATADO DE 17/11/2015 – PC N.º 375/15, DATADO DE 13/10/2015 – CAMINHO DO LIZ – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, UNIPessoal, LDA.
7. REQ. N. 1679/15, DATADO DE 13/11/2015 – PC N.º 212/15, DATADO DE 19/06/2015 – JOAQUIM FERREIRA DE CARVALHO, LDA.
8. REQ. N. 2091/11, DATADO DE 13/10/2011 – PC N.º 189/10, DATADO DE 21/09/2010 – SILVASTEC - MOLDES E PLÁSTICOS, S.A.
9. REQ. N. 1758/15, DATADO DE 24/11/2015 – PC N.º 438/15, DATADO DE 24/11/2015 – ESTER RODRIGUES RIBEIRO LOPES E HELDER RIBEIRO LOPES
10. REQ. N. 1728/15, DATADO DE 18/11/2015 – PC N.º 34/15, DATADO DE 03/02/2015 – BELMIRA GÂNDARA FARIA CONDEÇA FELICIANO E MARIA ADELINA FERREIRA GÂNDARA
11. REQ. N. 1720/15, DATADO DE 18/11/2015 – PC N.º 66/09, DATADO DE 13/04/2009 – MANUEL PINTO E ANA PAULA FERITAS RAMALHO PINTO
12. REQ. N. 1666/15, DATADO DE 11/11/2015 – PC N.º 139/08, DATADO DE 10/04/2008 – JOSÉ DE JESUS PEREIRA E MARIA ADELINA ANDRADE DOS SANTOS PEREIRA
13. REQ. N. 1580/15, DATADO DE 29/10/2015 – PC N.º 254/13, DATADO DE 05/08/2013 – JOANA RITA DA SILVA FERREIRA
14. REQ. N. 1673/15, DATADO DE 12/11/2015 – PC N.º 499/2015, DATADO DE 12/11/2015 – PLASDAN – AUTOMAÇÃO E SISTEMAS, LDA
15. REQ. N. 1635/15, DATADO DE 09/11/2015 – PC N.º 476/2015, DATADO DE 09/11/2015 – ECOFORTUNATO, LDA
16. REQ. N. 1531/15, DATADO DE 21/10/2015 – PC N.º 447/2015, DATADO DE 21/10/2015 – SAICA PACK PORTUGAL, S.A.
17. REQ. N. 1153/15, DATADO DE 17/08/2015 – PC N.º 310/2015, DATADO DE 17/08/2015 – 3DJR, UNIPessoal, LDA
18. REQ. N. 1825/15, DATADO DE 04/12/2015 – PC N.º 360/2015, DATADO DE 10/09/2015 – ATT – ADVANCED TOLL TECHNOLOGY / MOLIPOREX-MOLDES PORT.IMPORT.EXPORT., LDA.
19. ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE USO DE UM LUGAR EM ESPAÇO PÚBLICO AUTORIZADO PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE

20. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
21. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA *“PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA APLICAÇÃO INFORMÁTICA AQUAMATRIX PARA OS ANOS 2016 E 2017”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
22. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DOS “SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SELECT DO SOFTWARE BENTLEY, PARA O PERÍODO DE 12 MESES”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
23. ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA OS “SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES E DE TRANSPORTES DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJECTOS EDUCATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO, PARA O ANO 2016”.
24. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE *“ALUGUER DE PLATAFORMA DE GESTÃO DE BILHÉTICA PARA A CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS, PARA O PERÍODO DE 36 MESES E AQUISIÇÃO DO RESPECTIVO EQUIPAMENTO”*, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.
25. RETIFICAÇÃO DE OBJETO DO APOIO FINANCEIRO - SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1.º DE JANEIRO
26. RETIFICAÇÃO DE PERCENTAGEM DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO E ESCOURA
27. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – Clube Desportivo e Recreativo da Amieira – Decisão Final
28. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA CUSTEAR DESLOCAÇÕES DE ALUNOS NO ÂMBITO DO ENSINO ARTICULADO
29. ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2015

30. ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA CUSTEAR A AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA A ORQUESTRA JUVENIL DA MARINHA GRANDE
31. APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2015/2016
32. CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E A ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO REFERENTE A TRÊS FRAÇÕES SITAS NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 8, R/C DTO. E ESQ. E 1ª ESQ., ONDE FUNCIONAM ATUALMENTE O SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO, CENTRO DE CONVÍVIO E CENTRO DE DIA
33. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - PERÍODO PARA INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Nos termos do previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 49.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi concedido um período para intervenção e esclarecimento ao público.

Não se registou qualquer intervenção dos munícipes.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Antes de dar a palavra aos Srs. Vereadores, o Sr. Presidente referiu o seguinte:

- ⇒ Deixou uma palavra de regozijo ao marinhense Carlos Barros e à Lua Filmes, pela realização de um filme promocional com 150 segundos, que a partir de janeiro de 2016 vai ser passado em 700 voos internacionais da TAP. Para eles os seus parabéns e agradecimentos.
- ⇒ Manifestou também a sua satisfação pelo 7.º lugar nacional da CMMG no ranking da transparência, e o 1.º lugar a nível distrital, com 84,89%. Esta posição é fruto do trabalho de todos, e assim se irá continuar a trabalhar para melhorar estes resultados.

O Sr. Vereador Carlos Logrado cumprimentou todos os presentes, saudando especialmente a presença dos munícipes.

- ⇒ Seguidamente disse que ia salientar as coisas boas na organização do município:
- A iluminação de Natal está bonita, votou contra o ajuste direto mas o trabalho feito foi bom, com qualidade e atempadamente. Planeando com mais tempo far-se-á ainda melhor e a mais baixo custo. Lançou o repto para que se comece já a preparar o Natal de 2016, com soluções diferentes das tradicionais, como sejam a iluminação de edifícios e das árvores. É mais eficaz e mais bonito, e também menos oneroso.
 - Sugeriu a realização de um mercado de Natal, como grande dinamizador da economia da época natalícia. A Marinha Grande tem condições para isso, junto do centro tradicional, ou até mesmo na praça.
- ⇒ Aspetos negativos:
- A TUMG continua nas bocas do mundo por maus motivos. O +Concelho sempre foi contra o modelo, que se mantém, e de que os jornais dão eco. A CMMG deve fiscalizar e controlar, e a Administração da TUMG tem que rever com urgência a situação.
 - Cortes de água – há queixas dos munícipes pelos atrasos nas comunicações e há moradas erradas nas bases de dados da CMMG. É preciso ser mais eficaz e tomar medidas, que passam por não cortar a água sem que se coloque um aviso no imóvel em que se vai cortar, para não haver desculpa de falha no endereço.
 - Sobre as queixas dos munícipes que lhe têm chegado dará conhecimento posteriormente.

O Sr. Vereador António Santos cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Enalteceu o seguinte:
- FAG – foi um autêntico sucesso, o programa foi bom e o pagamento da entrada não impediu que as pessoas lá fossem. Parabéns à organização, e uma crítica ao pavilhão da Junta de freguesia de Vieira de Leiria, que estava muito pobre, comparativamente com o da Marinha Grande e da Moita. As gentes da Vieira mereciam mais.
 - Presépio – foi uma excelente ideia, que se deverá manter, e se possível melhorar. Deixou a ideia de Óbidos, de chamar a população que tenha presépios e que também os queiram expor.
 - Concelho – segundo o Diário de Leiria de 4 de dezembro, a Marinha Grande é o concelho mais amigo das famílias. É de enaltecer. Os pressupostos em que assenta foram a redução de IMI para famílias com filhos e o fornecimento de água.

Isto levou-o a fazer a seguinte interpretação literal: se um dos pressupostos foi a redução de IMI, e a CDU votou contra, pode concluir-se que a CDU não é amiga das famílias. No Governo votam o aumento das reformas, quando o aumento foi só de 2 euros. Numas situações não chega para as famílias e noutros casos 2 euros já chega.

Concorda que se deve pensar o concelho para 10 anos, como disse o Sr. Vereador Aurélio, mas também se deve ver o que é que hoje não temos, e aquilo que não temos é um mercado. Porquê? De quem é a responsabilidade? Da CDU e do PS. Mas isso é o passado. Agora deve chegar-se a um pacto de solução para que se faça o mercado, não ir pela política do não, porque assim nunca se faz nada. Com este pacto dever-se-ia chegar a acordo para fazer o mercado, fazendo cedências.

- ⇒ Bicicletas – a Marinha Grande tem tradição, deverá ter bicicletas para toda a população e visitantes, as já por si denominadas “vicentinas”.
- ⇒ Por último referiu que lhe chegou um SOS do município Sr. Joaquim Andrade, pelo que questionou a razão de a Câmara e ele ainda estarem de costas voltadas. Entende que se deve sanar a situação e arranjar rapidamente uma solução.

O Sr. Vereador Vítor Pereira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Congratulou-se com o índice de transparência, que até poderia ser maior.
- ⇒ Deu os parabéns à FAG pelo sucesso e dinamismo.
- ⇒ Deu também os parabéns ao Carlos Barros pelo filme e pelo acordo que fez com a TAP.
- ⇒ Referiu que as estimativas de água não estão a ser bem feitas. A água já não é contada desde agosto e com estimativas elevadas o resultado são valores muito elevados.
- ⇒ Sobre a intervenção do Sr. Vereador António Santos – todos conhecem o seu conflito com a direcção do PSD, com o qual não tem nada a ver, mas esta retórica é apenas a sua necessidade de mostrar que está com o PSD.
Apesar de todos os problemas ao longo dos anos, a Marinha Grande é uma terra que se recomenda, e quer o PS quer a CDU trabalharam para o bem dos munícipes e trabalharam bem. O problema apresentado é apenas do PSD, e a verdade é que nunca conseguiu ser uma alternativa em termos autárquicos. Esta conversa do IMI é só conversa, e está provado que é uma medida socialmente injusta, como já explicou antes.
- ⇒ Mercado – é verdade que não se sabe qual é a solução da CDU, e não se pode saber porque pretendem a discussão pública e que todos os interessados sejam ouvidos.
- ⇒ Escola da Amieirinha – continua na mesma, parece que não há vontade de intervir.
- ⇒ Deu os parabéns à Sr.^a Vereadora Cidália Ferreira pela iluminação de Natal, que é boa e bonita.

- ⇒ Referiu que a Câmara, através do Adjunto do Sr. Presidente, lhe enviou um e-mail a comunicar o filme realizado pelo marinhense Carlos Barros.
Referiu a prosa do Sr. Adjunto, que chama vários nomes aos Vereadores da CDU, e que questiona porque é que antes votaram favoravelmente o Orçamento e agora não, e disse que ficou zangado com as palavras do jovem Nelson, mas que depois chegou à conclusão de que não se lhe podem pedir responsabilidades, porque entende que se trata de um problema, que até poderá ser de ordem psicológica, pois apesar de jovem todos os seus projectos de vida têm falhado. Apela por isso ao Sr. Presidente para que lhe dê uma ajuda, desejando-lhe as rápidas melhoras e que não seja necessário qualquer tipo de internamento.
- ⇒ Sobre o Sr. Joaquim Andrade, entende que o problema do munícipe deve ser resolvido.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Felicitou de novo o Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, que terminou a época em cheio, conquistando mais 4 títulos nacionais de Patinagem de Velocidade Indoor nos escalões de Iniciados Femininos, Iniciados Masculinos e Juniores Femininos. Individualmente a Beatrice Constantin sagrou-se Campeã Nacional de Juniores Femininos, renovando assim o título que já tinha conquistado no ano anterior. Destacou-se ainda a Diana Mendes, o Pedro Gaiolas, a Maria João Lagoa e o Ricardo Marques do Clube Desportivo Moitense.
- ⇒ Felicitou também a judoca Joana Nunes, do Judo Clube da Marinha Grande, por se ter sagrado vice campeã nacional, no Campeonato Nacional de seniores em judo.
- ⇒ Felicitou ainda o marinhense Carlos Barros, da Lua Filmes, pelo filme promocional “Portugal em 150 segundos”, sobre a Marinha Grande, que irá passar em mais de 700 voos internacionais da TAP.
- ⇒ Um destes dias, por volta das 19h00, passou pela Rua Augusto Costa, na Pedrulheira, e estava o carro do INEM e da PSP, pois tinha havido mais um acidente. Que solução foi encontrada pela Câmara para resolver este problema e para quando podemos esperar que esteja resolvido?
- ⇒ As instalações sanitárias ao lado da Câmara estão fechadas ao domingo. Pretende-se trazer mais pessoas ao centro tradicional, no entanto se precisarem de ir à casa de banho, está fechada. Sugeriu que fosse repensada esta decisão e ainda que fosse colocada na porta uma informação com o horário. Seria também aconselhável que nesta zona da Praça Stephens houvesse alguma sinalética a indicar o WC.
- ⇒ Vários munícipes questionaram-no sobre a sinalização horizontal feita na Av. Vítor Gallo. Há inúmeras reclamações em toda ela, mas realçou apenas duas situações:
 - Vindo de Leiria, em frente às instalações do IEFP, quem pretender virar à direita para a Rua 25 de Abril, vai ter de ficar na fila dos que vêm para a Avenida

Vítor Gallo, esperando que o sinal verde apareça. Então para que fica o semáforo amarelo intermitente para quem corta para a Rua 25 de Abril?

- No cruzamento do antigo sinaleiro, quem segue na Av. Vítor Gallo na direcção de Leiria, encontra mesmo de frente os carros que estão em sentido contrário para virar para a Rua 1º de Maio, no sentido da estação. É muito perigoso e vão com certeza ocorrer ali acidentes.

⇒ Também por informação de diversos munícipes teve conhecimento que o passeio entre a Residência Paris e a Rodoviária, está a ser refeito após as obras. No entanto este passeio com calçada portuguesa está a ficar uma desgraça. Com ressaltos, lombas, está a ficar muito pior do que estava anteriormente. Torna-se perigoso para os transeuntes, para quem tem dificuldade de locomoção e para os deficientes. Perguntou: Quem realizou estes trabalhos? Quem os fiscalizou? Será que foram aprovados e aceites nestas condições?

A Sr.ª Vereadora Alexandra Dengucho cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Disse que faz suas as palavras do Sr. Vereador Aurélio na saudação que fez a todos os atletas do concelho, e ainda a todos aqueles que não tendo subido ao pódio fazem dos seus clubes e do concelho a sua grandeza.
- ⇒ Referiu que também recebeu o e-mail do Adjunto do Sr. Presidente.
- ⇒ Sobre os cães em S. Pedro de Moel referiu que o problema continua, e infelizmente a colocação de armadilhas não o resolveu. Os cães agora andam à procura de lixo nos contentores junto ao Bambi e até ao pé do Hotel Mar e Sol. Os habitantes de S. Pedro têm medo de sair à rua. Não sabe como é que se resolve o problema, mas sabe que tem que ser resolvido. Em Lisboa a captura é feita de noite, com a ajuda da polícia. Parece-lhe que terá que ser criada alguma equipa multidisciplinar para tomar medidas. Deixou este pedido ao Sr. Presidente.
- ⇒ Em setembro enviou um e-mail ao então Vereador Paulo Vicente, sobre um problema colocado pelos moradores do prédio sito na Rua da Panificadora e na Rua Floristas Gravadores, porque a rua neste lado não tem escoamento das águas das chuvas, que, segundo dizem os moradores, foi destruído pelas obras. Também pediam a colocação de um espelho.
Em novembro insistiu por resposta, que ainda não obteve, pelo que insiste agora novamente no pedido de resposta.
- ⇒ Sobre a intervenção do Sr. Vereador António Santos – embora critique a governação da Câmara continua a ser a “muleta” da autarquia, como foi em 2009/2013. Se concorda com todo esse mal de que tanto fala, então não pode dar uma no cravo e outra na ferradura. Não pode criticar aquilo que sempre apoiou.
- ⇒ Mercado – tal como no Centro Escolar, os Vereadores da CDU não são contra a sua construção aqui ou acolá, querem é a discussão popular e que não fechem escolas.

- ⇒ Sobre o Adjunto do Sr. Presidente – disse que só porque o Sr. sofre de um problema de inimizabilidade é que não vai processá-lo com uma acção judicial, para que ele lhe provasse onde é que ela, enquanto Vereadora, gastou um tostão em despesas pessoais. Referiu que não há um único documento na Câmara que demonstre que fez qualquer despesa de gasóleo ou refeições. Esta situação já toca as raias do impossível. A Marinha Grande também tem o seu “Nelson Trump”, e por isso faz o mesmo raciocínio que faz o Donald Trump. É um mentiroso, que falhou em todos os seus projectos de vida, e que agora também está a falhar como Adjunto. Considera grave, ao escrever o que escreve como Adjunto do Presidente. Terminou a intervenção anunciando que irá fazer um requerimento a pedir ao Presidente da Câmara que demonstre as suas despesas pessoais enquanto Vereadora (internet, gasóleo e telefone).

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira cumprimentou todos os presentes e abordou os seguintes assuntos:

- ⇒ Agradeceu as palavras sobre a iluminação de Natal e tomou boa nota das sugestões para o próximo ano. Referiu que a ACIMG também tinha sido desafiada, para que os comerciantes enfeitassem as montras, assim como também foi lançado um desafio às Universidades Seniores do concelho. Houve problemas com a falta de iluminação em algumas lojas e não foi possível fazê-lo.
- ⇒ Referiu que nesta quadra tem vindo muita gente de fora visitar o concelho, tanto no domingo como no dia feriado.
- ⇒ Lembrou as seguintes actividades, e pediu que se divulguem:
- Dias 19 e 20 de dezembro – actividades de rua
 - Dia 18 de dezembro – inauguração da tenda de Natal, com a chegada do Pai Natal a 19 de dezembro, e onde decorrerão vários ateliers para crianças.
 - Dia 20 de dezembro – cinema para crianças na Marinha Grande, com 3 sessões, e também em Vieira de Leiria.
 - Dia 17 de dezembro – inauguração do cinema no Teatro Stephens, com a estreia da “Guerra das Estrelas”, e em Vieira de Leiria, com o “Leão da Estrela”.
- ⇒ Associou-se nos parabéns aos atletas, recordando que por detrás estão os seus treinadores, realçando, no caso da patinagem, o Professor Santana.
- ⇒ Endereçou também os seus parabéns ao Carlos Barros, pelo filme que realizou.

O Sr. Presidente respondeu o seguinte às questões colocadas pelos Srs. Vereadores:

- ⇒ É sempre bom ouvir elogios e que seja reconhecida a acção do executivo.
- ⇒ Em relação à iluminação de Natal entende que a sua planificação tem que ser pensada atempadamente, pelo que agradeceu a sugestão.
- ⇒ Registou também a ideia do mercado de Natal no centro da cidade.

- ⇒ TUMG – aquilo que o Vereador falou é uma iniciativa própria da Administração, que envolve sigilo, pelo que só falará depois.
- ⇒ Sobre as notificações via postal dos cortes de água, informou que há prova da colocação nas caixas de correio, e que mais à frente a Chefe da Divisão virá à reunião e explicará de forma detalhada.
- ⇒ O concelho da Marinha Grande é amigo da família e de todos os munícipes, porque é o concelho onde as taxas são mais baixas, tanto no IMI como na água.
- ⇒ Sobre o stand na FAG da Junta de Freguesia de Vieira de Leiria, informou que vai fazer-lhes chegar as críticas.
- ⇒ Mercado – não pretende fazer um mercado que depois não tenha a devida utilização. Tudo tem que ser pensado e ponderado.
- ⇒ Bicicletas – está na candidatura do PEDU a ligação de todas as ciclovias da cidade, contemplando também o uso da bicicleta.
- ⇒ Sr. Joaquim Andrade – reuniu na segunda-feira com o munícipe, esclareceu-o, e agora reafirma que se as respostas que lhe dá, a ele e a qualquer outro munícipe, não lhes agradam, lamenta. Relativamente à questão sobre o cemitério, como o Sr. Andrade se constituiu com uma advogada, então a Câmara dialogará com ela.
- ⇒ Estimativa de água – tomou nota e vai pedir esclarecimentos à Chefe da Divisão. A periodicidade das leituras está a ser feita com mais tempo do que a lei obriga, que são 6 meses.
- ⇒ Escola da Amieirinha – a situação existente resulta da implementação de um estudo técnico existente na Câmara, mas vai ver no terreno com a chefe dos serviços.
- ⇒ Rua Alfredo Costa – já foi feito o levantamento para a resolução definitiva do assunto, só faltando resolver algumas situações de casas devolutas. Os serviços vão iniciar os procedimentos, mas pediu-lhes para que agora, já e de forma urgente, lhe dêem uma solução imediata para o problema.
- ⇒ Sanitários – a incumbência é da Junta de Freguesia. Vai falar com a Sr.ª Presidente, pois não sabe se têm pessoal suficiente. Aqui no centro estão sempre abertas as casas de banho do Parque da Cerca. Vai também mandar afixar informação na porta dos WC.
- ⇒ Sinalização horizontal na Av.ª Vítor Gallo – é uma obra das Estradas de Portugal, que vem na sequência de uma reunião que teve com o Diretor. Pensa que o trabalho de pinturas ainda não está acabado. Aguarda que terminem tudo, para depois apresentar as lacunas e as situações a corrigir, que serão recolhidas pelos serviços.
- ⇒ Passeios junto à Americana – trata-se da renovação da rede de águas e não sabe se a obra está terminada, mas já pediu informação à chefe dos serviços.
- ⇒ Cães – o exemplo de Lisboa é uma recolha feita em espaço urbano e no nosso caso a recolha é na mata.

O **Sr. Presidente** tinha solicitado a presença da Chefe da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, **Eng.ª Susana Silva**, que esclareceu o seguinte:

- ⇒ A obra junto à Americana ainda não está concluída nem recebida. Foi fiscalizada, pois todas as obras da Câmara são fiscalizadas.
- ⇒ Prédio sito na Rua da Panificadora e Rua Floristas Gravadores – anteriormente a estrada tinha um desnível e os tubos de queda passavam por baixo do passeio. Agora, com as obras, o desnível desapareceu, daí que a ligação por baixo do passeio tenha desaparecido, e o tubo tenha sido desligado, optando-se pelo escoamento superficial, que é uma opção. Antes escoava para o passeio, agora escoava para a calçada, porque ali não há pluvial. Esta solução foi falada com o Administrador do Condomínio. Esta opção é uma solução técnica. Há duas: a drenagem subterrânea ou superficial. Não havendo uma optou-se pela superficial.
- ⇒ Espelho – quando são para uso particular de uma propriedade, a Câmara aplica, desde que o munícipe adquira o espelho e o comunique à Câmara.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** questionou o porquê da colocação na Rua da Panificadora daquele tipo de pavimento, uma vez que há muitas queixas dos moradores, porque de noite a passagem dos carros faz muito barulho.

A **Eng.ª Susana Silva** respondeu que os serviços apenas cumprem os projetos.

O **Sr. Presidente** esclareceu que esta rua é plana e a opção foi feita por uma questão de permeabilidade e de infiltração das próprias águas, para evitar as poças.

A **Eng.ª Susana Silva** acrescentou que lhe parece que terá sido por uma questão de mobilidade a sobrelevação do pavimento a acompanhar o passeio e a anular o desnível. Por outro lado, também evita o excesso de velocidade.

A Sr.ª Vereadora Cidália Ferreira informou o seguinte:

- ⇒ Vai ser colocado o mobiliário na CAF do Pilado e também noutras escolas, assim como também serão colocados quadros brancos.
- ⇒ Há também um outro filme sobre a Marinha Grande, que vai enviar para todos os Vereadores.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

O Sr. Presidente interrompeu a reunião, para um breve intervalo, que decorreu das 10:55 horas às 11:10 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

2 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 31, DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE NOVEMBRO DE 2015

Assunto retirado da ordem do dia.

3 - APROVAÇÃO DA ATA N.º 32, DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 4 DE DEZEMBRO DE 2015

Assunto retirado da ordem do dia.

4 - REQ. N. 1624/15, DATADO DE 06/11/2015 – PC N.º 185/15, DATADO DE 06/04/2015 – ETELVINA MOUCO DENIS GOMES FONTE

864 - Presente pedido com o registo n.º 1624/15, datado de 06/11/2015, relativo a **legalização de estabelecimento de restauração e bebidas integrado em apoio de praia**, no prédio localizado no Domínio Hídrico Público, com as coordenadas geográficas de longitude -8.97238 e latitude 39.87457, para o qual foi emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente a licença de utilização dos recursos hídricos com o n.º L016122.2015.RH4, na praia da localidade de Praia da Vieira, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 185/15, com data de entrada de 04/06/2015, apresentado por **ETELVINA MOUCO DENIS GOMES FONTE**, com o NIF 149114435, residente na Rua António Vitorino, n.º 13, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 03/12/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser aprovado.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o projeto de arquitetura relativo ao pedido de legalização de estabelecimento de restauração e bebidas integrado em apoio de praia, no prédio localizado no Domínio Hídrico Público, com as coordenadas geográficas de longitude -8.97238 e latitude 39.87457, para o qual foi emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente a licença de utilização dos recursos hídricos com o n.º L016122.2015.RH4, na praia da localidade de Praia da Vieira, da freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 185/15, com data de entrada de 04/06/2015, apresentado por ETELVINA MOUCO DENIS GOMES FONTE, com o NIF 149 114 435, residente na Rua António Vitorino, n.º 13, Praia da Vieira, freguesia de Vieira de Leiria e concelho da Marinha Grande, com o condicionalismo de apresentar, no prazo de seis

meses a contar da data da notificação, os projetos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do RJUE.

Delibera, igualmente, informar o seguinte:

- 1.- Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.
- 2.- De acordo com o disposto no artigo 94.º do RMEUMG, as obras nas praias do concelho são suspensas do dia 1 de julho até 31 de agosto

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**5 - REQ. N. 1485/15, DATADO DE 14/10/2015 – PC N.º 377/15, DATADO DE 14/10/2015 –
EXPLENDING LAR DE IDOSOS LDA**

865 - Presente pedido com o registo n.º 1485/15, datado de 14/10/2015 relativo a licenciamento de **obras de ampliação de uma estrutura residencial para pessoas idosas**, sita na Rua dos Bicas, n.º 15, Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20.102 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19.981-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 377/15, com data de entrada de 14/10/2015, apresentado por **EXPLENDING LAR DE IDOSOS LDA**, com o NIPC 507 431 197, com sede na rua dos Bicas, n.º 15, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande.

Presente informação técnica, datada de 04/12/2015, que atesta encontrar-se o projeto de arquitetura apresentado em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de licenciamento relativo a obras de ampliação de uma estrutura residencial para pessoas idosas, sita na rua dos Bicas, n.º 15, Amieirinha, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 20102 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 19981-P, da freguesia e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 377/15, com data de entrada de 14/10/2015, apresentado por **EXPLENDING LAR DE IDOSOS LDA**, com o NIPC 507 431 197, com sede na Rua dos Bicas, n.º 15, Amieirinha, freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1.- Apresentar, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os projectos de especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

2.- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar como necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 1708/15, DATADO DE 17/11/2015 – PC N.º 375/15, DATADO DE 13/10/2015 – CAMINHO DO LIZ – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, UNIPESSOAL, LDA.

866 - Presente requerimento n.º 1708/15, datado de 2015/11/17, constante do processo camarário n.º 373/15, subscrito por CAMINHO DO LIZ – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, UNIPESSOAL, LDA., com o NIPC 510935141, com sede na Rua de Graminheira, n.º 28, lugar de Coucinheira, freguesia de Amor, e concelho de Leiria, referente ao pedido de licenciamento da obra de “*Construção de habitação unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua das Madressilvas, n.º 19, lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.683 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.171 da freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico sobre o assunto, datado de 2015/12/04, que refere que o projeto de arquitetura se encontra apto a merecer aprovação.

Após a análise do pedido de licenciamento da obra de “*Construção de habitação unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio urbano sito na Rua das Madressilvas, n.º 19, lugar de Escoura, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 2.683 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 3.171 da freguesia de Marinha Grande, com o número de processo 375/15, com data de entrada em 2015/10/13, apresentado por CAMINHO DO LIZ – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, UNIPESSOAL, LDA., com o NIPC 510935141, com sede na Rua de Graminheira, n.º 28, lugar de Coucinheira, freguesia de Amor, e concelho de Leiria, e considerando o parecer técnico que sobre ele recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o projeto de arquitetura, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09/09.
2. Instalação do recetáculo postal domiciliário efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 6 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 4 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.

3. Os muros de vedação deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados, de acordo com a alínea a) do art. 18.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.
4. Execução de todos os trabalhos que se vierem a verificar por necessários em consequência da realização da obra, nomeadamente um passeio na frente do prédio confinante com a Rua das Madressilvas e a Travessa das Madressilvas, com um raio de curva de concordância de 7,00m.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N. 1679/15, DATADO DE 13/11/2015 – PC N.º 212/15, DATADO DE 19/06/2015 – JOAQUIM FERREIRA DE CARVALHO, LDA.

867 - Presente pedido com o registo n.º 1679/15, datado de 13/11/2015, com a apresentação de projetos de especialidade, relativos ao processo de **legalização de garagem e anexo, destinados a instalação de empresa de transporte ocasional de passageiros**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 617 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.606, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 212/15, com data de entrada de 19/16/2015, apresentado por **JOAQUIM FERREIRA DE CARVALHO, LDA.**, com o NIPC 500556660, com sede na Rua das Flores, n.º 5, Brejo de Água, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, cujo projeto de arquitetura foi aprovado em reunião de câmara de 13/08/2015.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro.

Presente informação técnica, datada de 27/11/2015, que atesta encontrarem-se os projetos de especialidade apresentados em condições de serem aceites.

Presente informação técnica, datada de 4/12/2015, que atesta encontrar-se o processo em condições de ser deferido.

Após a análise do pedido, a Câmara Municipal delibera:

DEFERIR, nos termos do artigo 23.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro, o pedido de **legalização de garagem e anexo, destinados a instalação de empresa de transporte ocasional de passageiros**, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 617 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo n.º 5.606, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, a que se reporta o processo de licenciamento n.º 212/15, com data de entrada de 19/16/2015, apresentado por **JOAQUIM FERREIRA DE CARVALHO, LDA.**, com o NIPC 500 556 660, com sede na Rua das Flores, n.º 5, Brejo de Água, freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande.

Mais delibera informar o requerente do seguinte:

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.

2 - Nos termos do artigo 80.º-A do mesmo diploma legal deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

3 - Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande (RMEUMMG), em vigor, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

4.- Deverá assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12 de março. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no seu Anexo II.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N. 2091/11, DATADO DE 13/10/2011 – PC N.º 189/10, DATADO DE 21/09/2010 – SILVASTEC - MOLDES E PLÁSTICOS, S.A.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** pediu esclarecimentos sobre este processo, uma vez que pela informação disponibilizada o mesmo foi aprovado em reunião de Câmara de 2010. O parecer técnico refere que a empresa entregou os documentos necessários e que lhe foram solicitados em 13/04/2011, pelo que, passados quatro anos e meio, gostaria de saber qual o motivo pelo qual só agora veio a reunião de Câmara para deferir.

O **Sr. Presidente** pediu a presença da **Chefe da DOT, Dr.ª Inês Marrazes**, que informou que o processo é anterior à sua nomeação como Chefe da Divisão e que o mesmo, por razões que desconhece, se encontrava arquivado, embora não estivesse resolvido.

O **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** lamentou que a resposta da Câmara seja a de que o processo estava arquivado como se estivesse resolvido.

868 - Presente requerimento n.º 2091/11, datado de 2011/10/13, constante do processo camarário n.º 189/10, subscrito por **SILVASTEC – MOLDES E PLÁSTICOS, S.A.**, com o NIPC 506502740, com sede em Rua do Brejo do Olho, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, referente ao pedido de licenciamento da “*Legalização da*

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

alteração/ampliação de unidade fabril existente, localizada num prédio urbano sito na Rua do Brejo do Olho, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 947, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Marinha Grande sob o artigo n.º 10761, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 2010/10/14.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2015/12/03, referente aos projetos das especialidades apresentados.

Após a análise do pedido de licenciamento da *“Legalização da alteração/ampliação de unidade fabril”* existente, localizada num prédio urbano sito na Rua do Brejo do Olho, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande sob o n.º 947, inscrito na respetiva matriz sob o artigo n.º 10761, com o número de processo 189/10, com data de entrada em 2010/09/21, apresentado por SILVASTEC – MOLDES E PLÁSTICOS, S.A., com o NIPC 506502740, com sede em Rua do Brejo do Olho, lugar de Picassinos, freguesia e concelho de Marinha Grande, e considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal delibera, nos termos do artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30 de março e pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE – DEFERIR o mesmo, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais delibera informar o requerente:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande em vigor, a concessão da autorização de utilização referente a obras legalizadas é sempre precedida de vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N. 1758/15, DATADO DE 24/11/2015 – PC N.º 438/15, DATADO DE 24/11/2015 – ESTER RODRIGUES RIBEIRO LOPES E HELDER RIBEIRO LOPES

869 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1758/15 de 24/11/2015, apresentado por **ESTER RODRIGUES RIBEIRO LOPES**, com o NIF 137816804, com morada em Rua dos Poços, n.º 31, lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, e **HELDER RIBEIRO LOPES**, com o NIF 137816804, com morada em Rua do Cartaxo, n.º 11, lugar de Bico da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua dos Poços, n.º 31, lugar de Lameira da Embra,

freguesia e concelho de Marinha Grande, cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 1282/1972, titulada pelo alvará de construção n.º 40, emitido em 13/01/1973 e objeto de alterações licenciadas no âmbito do processo n.º 1333/1973, tituladas pelo alvará de construção n.º 324, emitido em 07/05/1974.

Presente parecer técnico datado 24/11/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 64.º do RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 136/2014 de 09 de setembro.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará ao edifício sito em Rua dos Poços, n.º 31, lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de ESTER RODRIGUES RIBEIRO LOPES, com o NIF 137816804, com morada em Rua dos Poços, n.º 31, lugar de Lameira da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, e de HELDER RIBEIRO LOPES, com o NIF 137816804, com morada em Rua do Cartaxo, n.º 11, lugar de Bico da Garcia, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 1728/15, DATADO DE 18/11/2015 – PC N.º 34/15, DATADO DE 03/02/2015 – BELMIRA GÂNDARA FARIA CONDEÇA FELICIANO E MARIA ADELINA FERREIRA GÂNDARA

870 - Presente requerimento, com registo de entrada n.º 1728/155 de 18/11/2015, apresentado por **BELMIRA GÂNDARA FARIA CONDEÇA FELICIANO**, com o NIF 121324109, com morada em Rua Professor Aires de Sousa, n.º 6, 4.º B, Lisboa e **MARIA ADELINA FERREIRA GÂNDARA** com o NIF 128504447, residente em Rua de Avelar Brotero, n.º 42/44, na Associação Luís

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

Pereira da Mota, freguesia e concelho de Loures, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua Aquilino Ribeiro, n.º 36, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de obras de alteração e ampliação tituladas pelo alvará de licença de legalização n.º 103/15, emitido em 11/11/2015.

Presente parecer técnico datado 23/11/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua Aquilino Ribeiro, n.º 36, lugar de Portela, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de BELMIRA GÂNDARA FARIA CONDEÇA FELICIANO, com o NIF 121324109, com morada em Rua Professor Aires de Sousa, n.º 6, 4.º B, Lisboa e MARIA ADELINA FERREIRA GÂNDARA com o NIF 128504447, residente em Rua de Avelar Brotero, n.º 42/44, na Associação Luís Pereira da Mota, freguesia e concelho de Loures, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N. 1720/15, DATADO DE 18/11/2015 – PC N.º 66/09, DATADO DE 13/04/2009 – MANUEL PINTO E ANA PAULA FERITAS RAMALHO PINTO

871 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1720/155 de 18/11/2015, apresentado por MANUEL PINTO, com o NIF 165556684, e ANA PAULA FREITAS RAMALHO PINTO, com o NIF 153403292, ambos com morada em Rua dos Eucaliptos, n.º 22, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício sito em Rua do Lamarão, lugar de Camarnal, freguesia e concelho de Marinha

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

Grande, objeto de obras de legalização, alteração e ampliação tituladas pelo alvará de licença de obra de legalização, alteração e ampliação n.º 98/14, emitido em 12/03/2015. Presente parecer técnico datado 23/11/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua do Lamarão, lugar de Camarnal, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de MANUEL PINTO, com o NIF 165556684, e ANA PAULA FREITAS RAMALHO PINTO, com o NIF 153403292, ambos com morada em Rua dos Eucaliptos, n.º 22, lugar de Ordem, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) Membros efetivos**
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 1666/15, DATADO DE 11/11/2015 – PC N.º 139/08, DATADO DE 10/04/2008 – JOSÉ DE JESUS PEREIRA E MARIA ALDINA ANDRADE DOS SANTOS PEREIRA

872 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 1666/155 de 11/11/2015, apresentado por **JOSÉ DE JESUS PEREIRA**, com o NIF 149379021, e **MARIA ALDINA ANDRADE DOS SANTOS PEREIRA**, com o NIF 149379013, ambos com morada em Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, n.º 2, freguesia e concelho de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para a fração “A” do edifício sito em Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, freguesia e concelho de Marinha Grande, objeto de legalização titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 85/11, emitido em 07/11/2011.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

Presente parecer técnico datado 03/12/2015, onde foi exarado o despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria ao abrigo do disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, delibera designar a composição da comissão que efetuará a vistoria à fração “A do edifício sito em Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, freguesia e concelho de Marinha Grande, propriedade de JOSÉ DE JESUS PEREIRA, com o NIF 149379021, e MARIA ALDINA ANDRADE DOS SANTOS PEREIRA, com o NIF 149379013, ambos com morada em Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, n.º 2, freguesia e concelho de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Arquiteto Ricardo Santos
Engenheiro Rui Vicente
Fiscal Nuno Fernandes
- 2) **Membros suplentes**
Engenheira Cristina Silva
Arquiteto Alexandre Fava
Fiscal Álvaro Letra

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 1580/15, DATADO DE 29/10/2015 – PC N.º 254/13, DATADO DE 05/08/2013 – JOANA RITA DA SILVA FERREIRA

873 - Presente processo camarário n.º 254/13, subscrito por JOANA RITA DA SILVA FERREIRA, com o NIF 233 723 242, residente na Rua 1.º de Maio, lugar de Moita, freguesia de Moita, inerente ao pedido de licenciamento para a obra de “*Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico sito no gaveto da Rua 5 de Outubro com a Rua do Campo, lugar de Moita, freguesia de Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 715 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 718 da referida freguesia de Moita, cuja arquitetura foi aprovada por deliberação camarária tomada em reunião de 31/10/2013, tendo o deferimento final ocorrido por deliberação camarária tomada na reunião de 12/12/2013, encontrando-se a construção titulada pelo alvará de obras de construção n.º 26/14, emitido em 09/04/2014.

Presente requerimento n.º 1260/15, datado de 04/09/2015, em que é solicitada a autorização de utilização para o edifício.

Presente parecer dos serviços de fiscalização, datado de 30/09/2015, sobre a não execução da totalidade dos arranjos exteriores.

Presente parecer técnico, datado de 14/10/2015, a especificar as condições de execução dos arranjos exteriores em falta.

Presente requerimento n.º 1580/15, datado de 29/10/2015, em que a requerente informa da conclusão dos arranjos exteriores de acordo com o que lhe foi determinado.

Presente parecer dos serviços de fiscalização, datado de 23/11/2014, sobre a verificação da correta execução dos arranjos exteriores.

Presente parecer dos serviços, datado de 04/12/2015, sobre a necessidade de dar conhecimento à Câmara Municipal das especificidades de execução dos arranjos exteriores, pelo facto da mesma não constar da deliberação tomada na reunião de 31/10/2013.

A Câmara analisou as informações presentes no processo camarário n.º 254/13, subscrito por JOANA RITA DA SILVA FERREIRA, com o NIF 233 723 242, residente na Rua 1.ª de Maio, lugar de Moita, freguesia de Moita, inerente ao pedido de licenciamento para a obra de “*Construção de uma habitação unifamiliar e muros de vedação*”, incidente sobre um prédio rústico sito no gaveto da Rua 5 de Outubro com a Rua do Campo, lugar de Moita, freguesia de Moita, descrito na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 715 e inscrito na matriz predial rústica sob o artigo n.º 718 da referida freguesia de Moita, cuja arquitetura foi aprovada por deliberação camarária tomada em reunião de 31/10/2013, tendo o deferimento final ocorrido por deliberação camarária tomada na reunião de 12/12/2013, cuja construção foi titulada pelo alvará de obras de construção n.º 26/14, emitido em 09/04/2014, e delibera tomar conhecimento das especificações de execução dos arranjos exteriores na zona envolvente do prédio, no remate entre o passeio executado e os arruamentos existentes, e determinar que se adende à deliberação tomada na reunião de 31/10/2013, que, na execução dos arranjos exteriores, no que concerne à zona envolvente do prédio, na parte confinante com a Rua 5 de Outubro e a Rua do Campo, deve entender-se a execução dos mesmos nos seguintes moldes:

- 1 – No remate do passeio na zona de concordância da Rua 5 de Outubro com a Rua do Campo, a pavimentação deverá ser executada em betão betuminoso;
- 2 - Na área do passeio confinante com a Rua 5 de Outubro, na zona em que esta se encontra pavimentada em *tout-venant*, o remate do pavimento deve ser executado em *tout-venant* com as espessuras dos pavimentos contíguos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 1673/15, DATADO DE 12/11/2015 – PC N.º 499/2015, DATADO DE 12/11/2015 – PLASDAN – AUTOMAÇÃO E SISTEMAS, LDA

874 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1673/15, de 12-11-2015, apresentado por **Plasdan – Automação e Sistemas, Lda**, com o NIPC 508299284 e sede na rua de Moçambique, n.º 29, frações A e B, lugar de Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do seu estabelecimento industrial sito nas frações A e B da referida morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Presente informação técnica sobre o assunto datada de 28/11/2015

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, a sociedade Plasdan – Automação e Sistemas, Lda, com sede na rua de Moçambique, n.º 29, lugar de Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização do seu estabelecimento industrial, sito na morada da sua sede, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade Plasdan – Automação e Sistemas, Lda, com sede na rua de Moçambique, n.º 29, lugar de Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui um estabelecimento na mesma morada, que se dedica ao fabrico de bens de equipamento para injeção de termoplásticos;
- Pretende regularizar as ampliações das suas instalações que se localizam, de acordo com o Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, PDMMG, num prédio abrangido pelo aglomerado urbano da Marinha Grande, numa área designada como “restante área urbana”;
- A parte licenciada das atuais instalações apresenta uma dimensão de 1.553,00 m2, e as ampliações, efetuadas sem qualquer licenciamento, com 685,00 m2 visaram aumentar as áreas de produção, de acabamentos e de armazenagem;
- A área do terreno em que se situam as instalações industriais é de 2.606,00 m2 encontrando-se, a mesma, devidamente infraestruturada;

- O estabelecimento, com um total de 2.238,00 m2, situa-se dentro da área abrangida pelos limites definidos para a restante área urbana do aglomerado urbano da Marinha Grande;
- As instalações que a interessada pretende regularizar violam o n.º 8 do artigo 5.º do Regulamento do PDMMG, por possuírem um índice de construção bruta de 0,86 quando, para o local, deveria ser apenas de 0,6;
- A sociedade, fundada em 2007, integra o grupo Plasdam, que fornece a indústria de plásticos com sistemas de manufatura flexíveis e que exporta cerca de 90% da sua produção;
- Segundo a interessada, e graças a ela, o grupo tem forte presença e reconhecimento no mercado mundial da injeção de multicomponentes, liderando tecnologicamente o setor;
- Em 2014 exportou para mais de 20 países situados nos continentes europeu, asiático e americano;
- A sua estratégia de desenvolvimento passa por uma forte aposta na formação dos seus quadros e na cooperação com instituições de investigação e de ensino, nacionais e internacionais;
- No ano de 2011 tinha ao seu serviço 4 trabalhadores, número que se elevou para 26 em 2014, sendo que 50% dos mesmos possuem elevadas qualificações;
- Este grupo de colaboradores, constituído por engenheiros, é responsável, em estreita parceria com a área comercial, pelo desenvolvimento do produto, elaboração de patentes, produção de protótipos e sua validação.
- A 31 de dezembro de 2013, a faturação da empresa era de 2.642.621,91 euros e na mesma data, em 2014, ascendia aos 4.275.218,53 euros;
- A deslocalização da empresa implicaria, de acordo com a interessada, custos económicos elevados, na ordem dos 3.200.000,00 euros (valor que inclui a aquisição de terreno, licenciamento e construção das novas instalações), incompatíveis face ao valor anual da sua faturação;
- A acrescer a aqueles teriam, ainda, de ser contabilizados os custos sociais (resultantes da reestruturação do quadro de pessoal) e estratégicos (perda de trabalho, paragem na produção, necessidade de reestruturação em baixa dos programas de desenvolvimento e crescimento empresarial), face ao dispêndio de capital necessário para a realização da dita operação;
- Todos os factos enunciados nomeadamente, ser uma empresa que aposta em tecnologias de ponta, na formação dos seus trabalhadores, em relações com as instituições de ensino e de investigação, garantem a sua afirmação no setor, quer a nível nacional, quer internacional, bem como a do grupo a que pertence;
- Esta realidade, que permite assegurar postos de trabalho de quadros altamente qualificados, que alia investigação e conhecimento ao desenvolvimento industrial e da qual resulta um volume de exportação significativo, não só contribui para o desenvolvimento económico do concelho, como difunde o nome da Marinha Grande, associando-a a produtos de qualidade, o que se traduz, indubitavelmente, em circunstâncias de relevante interesse público municipal;

Face a todo o circunstancialismo descrito a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014,

de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal, na regularização do estabelecimento industrial, destinado ao fabrico de bens de equipamento para injeção de termoplásticos, sito na rua de Moçambique, n.º 29, frações A e B, lugar de Ordem, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de Plasdan- Automação e Sistemas, Lda, com o NIPC 508299284 e sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, o edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro referente ao “índice de construção”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 26 trabalhadores, que factura mais de 4M€ essencialmente para exportação, dedicada à produção de equipamentos para a injeção de termoplásticos, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

15 - REQ. N. 1635/15, DATADO DE 09/11/2015 – PC N.º 476/2015, DATADO DE 09/11/2015 – ECOFORTUNATO, LDA

875 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1635/2015, datado de 09-11-2015, apresentado por **Ecofortunato, Lda**, com o NIPC 508032229 e sede na Estrada de Leiria, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das suas instalações, destinadas à receção, triagem e valorização de resíduos de construção e demolição, sitas na referida morada, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

Presente informação técnica sobre o assunto datada de 30-11-2015.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, conseqüentemente, tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, a sociedade Ecofortunato, Lda, com sede na Estrada de Leiria, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das suas instalações destinadas à receção, triagem e valorização de resíduos de construção e demolição, sitas na morada da sua sede, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade Ecofortunato, Lda, com sede na Estrada de Leiria, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, possui instalações na mesma morada, destinadas à receção, triagem e valorização de resíduos de construção e demolição (RCD), que pretende regularizar;
- Essas instalações localizam-se, de acordo com a Carta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande – PDMMG - num espaço designado por “área não urbanizável” e encontram-se abrangidas, na sua quase totalidade, por uma área designada como “espaço florestal de proteção”;

- As instalações em causa violam a alínea b) do n.º 3 do artigo 4.º do Regulamento do PDMMG, por se situarem a menos de 220,0 m do aglomerado urbano de Albergaria, quando deveriam respeitar a distância mínima de 500 m, prevista naquela norma;
- O conjunto edificado, e não licenciado, que possui uma área de implantação de 500,00 m2, destinado a serviços administrativos, armazenamento de equipamento e deposição e triagem de resíduos de construção e demolição, situa-se a menos de 15,00 m dos limites da parcela, pelo que viola a alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º, ambos do Regulamento do PDMMG, que obriga a que seja respeitado um afastamento mínimo de 15 m;
- Viola, igualmente, o n.º 1 do referido artigo 11.º, por ter sido erigido em “área não urbanizável”, que permite apenas a construção de edificações que se destinem a habitação, vinculadas à atividade agrícola ou florestal ou de apoio às infraestruturas, nas condições previstas nas diversas alíneas daquele artigo, o que não é o caso;
- Atualmente a empresa possui apenas um trabalhador afeto à área de transporte e gestão de resíduos, contudo, segundo a interessada, a sua regularização permitir-lhe-á criar mais dois postos de trabalho, para a triagem e britagem de RCD e um terceiro para a área administrativa;
- A sua regularização permitirá que passe a existir no concelho uma unidade de triagem e valorização de resíduos daquele tipo;
- A interessada pretende permanecer no mesmo local, dado que a transferência das suas instalações, para uma outra localidade, implicaria custos elevados que, segundo a mesma, face ao volume da sua faturação – 72.720,03 em 2013 e 67.829,66 euros no ano de 2014 – seriam incompatíveis por ascenderem, em resultado da aquisição do terreno e realização de obras para criação do estaleiro da frota da empresa e equipamento, os 100.000,00 euros;
- A deposição clandestina de RCD em locais inadequados constitui, pelas suas consequências ambientais nefastas, um fator de preocupação por partes dos agentes públicos;
- A criação de empresas de triagem e britagem deste tipo de resíduos, permite minimizar os efeitos ambientais resultantes de um setor altamente agressivo para o ambiente, como é o da construção, como também permite a diminuição da extração de matérias-primas;
- A regularização da empresa em apreço permitirá alcançar esses desideratos e, ainda, criar, postos de trabalho;
- Todas estas circunstâncias assumem um inegável interesse público para o concelho na medida em que fomentam a economia local, preservam o meio ambiente e geram emprego, contribuindo, assim, para o bem-estar da população;

Face a todo o circunstancialismo descrito a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal, na regularização das instalações destinadas à receção, triagem e valorização de resíduos de construção e demolição, sitas na Estrada de Leiria, Albergaria, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de Ecofortunato, Lda, com o NIPC 508032229 e sede na mesma morada.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, o edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro referente a estar localizada numa área não urbanizável”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 1 trabalhador, que factura 67.000,00 €, dedicada à receção, triagem e valorização de resíduos de construção e demolição (RCD), com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

16 - REQ. N. 1531/15, DATADO DE 21/10/2015 – PC N.º 447/2015, DATADO DE 21/10/2015 – SAICA PACK PORTUGAL, S.A.

876 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1531/15, datado de 21-10-2015, apresentado por Saica Pack Portugal, S.A., com o NIPC 500293546 e sede na rua do Almirante Gago Coutinho, n.º 86, freguesia de Santo António de Cavaleiros e Frielas, concelho de Loures, em que é solicitada a emissão de deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial, sito no lugar de Cova das Raposas, Pêro Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande, ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma.

Presente informação técnica sobre o assunto datada de 02-12-2015.

O Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, que estabelece o regime de regularização extraordinário de estabelecimentos industriais, explorações pecuárias, explorações de pedreiras e das explorações onde se realizam operações de gestão de resíduos, veio possibilitar a sua regularização quando não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

O diploma em causa aplica-se, ainda, à alteração ou ampliação das referidas unidades produtivas que possuam título de exploração válido e eficaz, mas cuja alteração ou ampliação não sejam compatíveis com os instrumentos de gestão territorial vinculativos dos particulares ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para o efeito deve ser instruído um pedido, pelos interessados, com um conjunto de documentos que permita recolher informação relevante que habilite as entidades competentes a ponderarem os vários interesses económicos, sociais e ambientais em presença e, consequentemente tomarem uma decisão ajustada a cada situação.

Com vista a beneficiar deste regime de regularização, a sociedade Saica Pack Portugal, S.A., com sede na rua do Almirante Gago Coutinho, n.º 86, freguesia de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, concelho de Loures, apresentou um requerimento a fim de obter uma deliberação fundamentada de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do seu estabelecimento industrial, sito no lugar da Cova das Raposas, Pêro Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande, por parte da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

Considerando que:

- A sociedade Saica Pack Portugal, S.A., com sede na rua do Almirante Gago Coutinho, n.º 86, freguesia de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, concelho de Loures, possui um estabelecimento industrial com 13.916,00 m2, destinado à fabricação de embalagens de cartão canelado, situado no lugar da Cova das Raposas, Pêro Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande, o qual pretende ampliar em mais 16.806,00 m2;
- O referido estabelecimento localiza-se, de acordo com o Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, num prédio parcialmente abrangido pelo aglomerado urbano da Marinha Grande, numa área designada por Zona Industrial da Marinha Pequena e por espaço agro-florestal;

- A área do terreno abrangida pela Zona Industrial da Marinha Pequena é de cerca de 50.000,00 m², sendo que os restantes 9.435 m², dos 59.435,00 m² da totalidade do mesmo, se localizam em “espaço agro-florestal”;
- A ampliação pretendida viola a alínea a) do n.º 2 do artigo 11.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande, por se encontrar a menos de 15 m dos limites da parcela, distância mínima prevista naquela norma;
- A intervenção pretendida destina-se à ampliação da unidade industrial, nomeadamente através da construção de um armazém de papel, de um outro destinado à armazenagem de cartão canelado e de uma nova área destinada à fabricação deste último;
- Com a criação de instalações para o novo setor de fabrico de cartão canelado a empresa garante a criação de postos de trabalho, sendo previsível o aumento de 6 a 10 postos de trabalho para esta área de produção;
- O valor da faturação no ano de 2013 ascendeu aos 10.691.075,00 euros e no ano de 2014 aos 12.462.712,00 euros,
- A interessada não pretende deslocalizar a empresa, pois este tipo de operação teria custos inportáveis, no valor estimado de 10.094.150 euros, e obrigaria à suspensão da sua atividade, o que implicaria atrasos na entrega das encomendas e, até mesmo, perda de clientes;
- A futura ampliação da empresa é demonstrativa de que a mesma se encontra em crescimento, o que não só concorre para fomentar a economia local, como também contribui para garantir os postos de trabalho atualmente existentes e até criar novos, numa época em que a taxa de desemprego continua elevada;

Face a todo o circunstancialismo descrito a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial sito no lugar da Cova das Raposas, Pêro Neto, freguesia e concelho da Marinha Grande, propriedade de Saica Pack Portugal, S.A., com o NIPC 500293546 e sede na rua do Almirante Gago Coutinho, n.º 86, freguesia de Santo António dos Cavaleiros e Frielas, concelho de Loures.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro referente à distância às extremas”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*

- c) *Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa com 61 trabalhadores, que factura mais de doze milhões de euros, dedicada à embalagem de cartão canelado, com as outras que aqui analisámos.*
- d) *Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) *Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

17 - REQ. N. 1153/15, DATADO DE 17/08/2015 – PC N.310/2015, DATADO DE 17/08/2015 – 3DJR, UNIPESSOAL, LDA

877 - Em 01-10-2015 esta Câmara Municipal deliberou, de acordo com a competência conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ao abrigo da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 05 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal uma proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do estabelecimento industrial, propriedade da sociedade **3 DJR, Unipessoal, Lda**.

A deliberação em causa, que constitui o ponto n.º 19 da respetiva ata, identificava a morada do referido estabelecimento com sendo a rua Central, no lugar de Moinho de Cima, da freguesia e concelho da Marinha Grande, quando a unidade industrial em apreço se situa na Rua Nova do Moinho de Cima, do mesmo lugar, freguesia e concelho e não na rua da sua sede.

A assembleia Municipal tomou, em 26-10-2015, uma deliberação suportada na proposta da Câmara Municipal, reproduzindo o erro na identificação da rua onde se localiza o dito estabelecimento.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

O mencionado erro material, por confronto com a documentação que instruiu o pedido, é manifesto, pelo que pode ser retificado ao abrigo do n.º 1 do artigo 174.º do Código do Procedimento Administrativo - CPA.

Detetado o lapso, a Câmara Municipal delibera submeter à Assembleia Municipal, órgão competente, de acordo com o referido n.º 1 do artigo 174.º e artigo 169.º, ambos do CPA, a presente proposta de retificação da deliberação com o título “proposta de reconhecimento do interesse público municipal – 3DJR, Unipessoal, Lda”, tomada por esta última, na sua sessão de 26-10-2015.

Assim, onde se lê: “... na AMPLIAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL DA 3DJR, UNIPESSOAL, LDA, sito na rua Central, n.º 44, Moinho de Cima.”, deverá ler-se “...na AMPLIAÇÃO DO ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL DA 3DJR, UNIPESSOAL, LDA, sito na rua Nova do Moinho de Cima, n.º 44, Moinho de Cima”.

A deliberação que vier a ser tomada pela Assembleia Municipal produzirá, nos termos do n.º 2 do já citado artigo 174.º do CPA, efeitos retroativos a 26-10-2015, data do ato a retificar.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

18 - REQ. N. 1825/15, DATADO DE 04/12/2015 – PC N.º 360/2015, DATADO DE 10/09/2015 – ATT – ADVANCED TOLL TECHNOLOGY / MOLIPOREX-MOLDES PORT.IMPORT.EXPORT., LDA.

878 - Presente requerimento com registo de entrada n.º 1825/15, apresentado por Moliporex, Moldes Portugueses Importação e Exportação, S.A., com sede na Estrada de Leiria, n.º 212, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, com o NIPC 501654984, a solicitar que a ampliação efetuada nas instalações industriais que prometeu dar de arrendamento, e acerca da qual a Assembleia Municipal já se pronunciou na sua sessão de 26-10-2015, para efeitos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, seja reconhecida de interesse público municipal, de modo a que a sociedade ATT- Advanced Tool Technology, Lda, (promitente arrendatária), com o NIPC 513477403 e sede na Estrada de Leiria n.º 210, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, possa beneficiar do regime de regularização previsto naquele diploma.

Considerando que:

- Moliporex, Moldes Portugueses Importação e Exportação, S.A, com o NIPC 501654984 e sede na Estrada de Leiria, n.º 212, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, celebrou, no dia 01-12-2015, um contrato promessa de arrendamento comercial com ATT- Advanced Tool Technology, Lda, com o NIPC 513477403 e sede na Estrada de Leiria n.º 210, Embra, freguesia e concelho da Marinha Grande, passando esta última a ocupar as

instalações cuja ampliação foi tida como de interesse público municipal, pela Assembleia Municipal a 26-10-2015, para efeitos da alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma;

- Ambas as sociedades fazem parte do grupo Vangest;
- A ATT- Advanced Tool Technology, Lda irá desenvolver e pôr em prática, naquelas instalações, o resultado de diversos projetos de investigação levados a cabo no seio do grupo Vangest;
- Esta sociedade, constituída no presente ano, vai dedicar-se à produção de moldes de alta precisão para moldação por injeção não convencional, de elevadíssima incorporação tecnológica, de forma a responder a oportunidades de mercado internacional mais exigentes;
- Pretende chegar aos mercados dos micro moldes para eletrónica e saúde, para aplicações óticas e para o setor aeronáutico;
- Esta nova empresa prevê a criação de 25 postos de trabalho;
- As instalações que esta nova empresa vai ocupar situam-se na zona industrial da Marinha Pequena, possuem uma área de implantação de 1.788,00 m² e de construção de 2.388,00 m², sendo que 40,00 m² dessa construção foram executados sem prévio licenciamento;
- Essa ampliação destinou-se a criar um anexo técnico de apoio à nave industrial;
- Em decorrência dessa ampliação a unidade industrial passou a distar apenas 1,85 m da estrema lateral nascente do prédio, quando deveria estar afastada em 3 m, tal como impõe a alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal da Marinha Grande (RPDMMG);
- O afastamento à estrema lateral poente do prédio encontra-se apenas a 2,75 m, pelo que viola, igualmente, a referida alínea c) do n.º 4 do artigo 7.º do RPDMMG;
- A Assembleia Municipal considerou esta ampliação como de relevante interesse público municipal, na medida em que fazia parte de um conjunto de instalações que albergavam uma empresa (Moliporex, Moldes Portugueses Importação e Exportação, S.A) com relevância para a economia do concelho;
- A ampliação em causa (anexo técnico), enquanto construção integrante do referido edifício industrial, contribui para criar melhores condições para esta nova empresa, recentemente constituída, que aposta num setor de média-alta tecnologia, que pretende conquistar novos mercados, mais exigentes, e que vai gerar postos de trabalho altamente qualificados.
- Todas essas circunstâncias são indiscutivelmente de relevante interesse público municipal que importa reconhecer;

Face a todo o circunstancialismo descrito a Câmara Municipal delibera, de acordo com a competência que lhe é conferida pela alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, aplicável por força do n.º 1 do artigo 17.º do mesmo diploma, submeter à Assembleia Municipal a presente proposta de reconhecimento do interesse público municipal na ampliação do edifício industrial destinado à comercialização, projeto, otimização e produção de moldes e ferramentas de precisão, sito na Estrada de Leiria, n.º 212, freguesia e concelho da Marinha Grande, que a ATT- Advanced Tool

Technology, Lda, com o NIPC 513477403 e sede no n.º 210 da mesma morada vai ocupar, na qualidade de arrendatária.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

- a) Como é referido no parecer técnico, a ampliação do edifício existente neste processo “viola o PDM, no parâmetro referente à distância às extremas”*
- b) O objectivo do Governo para o crescimento económico foi dinamizar o investimento privado e o emprego. Para isso promulgou excepcionalmente a lei 165/2014, para criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização das desconformidades para com o PDM. Deste modo esta lei vai permitir legalizar ilegalidades que existiam.*
- c) Este pedido de regularização é instruído com a proposta de deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal. À Câmara Municipal compete deliberar e propor à Assembleia Municipal este documento. Este executivo permanente entendeu não criar critérios de reconhecimento de interesse público, nem ter aceite a minha sugestão para formular a proposta, e deste modo qualquer empresa poderá ver reconhecido o interesse público municipal. Colocamos no mesmo patamar esta empresa do grupo Moliporex, que prevê criar 25 postos de trabalho, e vai dedicar-se à produção de moldes de alta precisão para moldação por injeção não convencional, de elevadíssima incorporação tecnológica, de forma a responder a oportunidades de mercado internacional mais exigentes, com as outras que aqui analisámos.*
- d) Era para evitar a discrepância comparativa entre o “interesse público municipal” desta empresa e outras aqui analisadas, que entendi, e continuo a entender, que os argumentos que sustentam o interesse público municipal deviam ter sido regulamentados.*
- e) Reconheço a inequívoca importância do desenvolvimento económico e social do concelho da empresa e das medidas que venham a ser criadas, que garantam a equidade do tratamento, neste particular, de todas as empresas que desenvolvem a sua actividade na Marinha Grande. No entanto, seria fundamental ter estabelecido critérios de definição de “interesse público municipal”, de modo a criar uma avaliação e um escalonamento correcto desse mesmo reconhecimento.*

Voto a favor, tendo em conta o DL 165/2014, lamentando o facto da Câmara Municipal não ter previamente definido os requisitos inerentes ao reconhecimento de interesse público municipal, nos termos da aplicação deste diploma.”

**19 - ATRIBUIÇÃO DO DIREITO DE USO DE UM LUGAR EM ESPAÇO PÚBLICO
AUTORIZADO PARA O EXERCÍCIO DA VENDA AMBULANTE**

879 - Presente a ata relativa ao ato público para a atribuição do direito de uso dos 23 lugares para a venda em espaço público autorizado para o exercício da atividade de venda ambulante no concelho da Marinha Grande, nos termos do artigo 10.º e seguintes do Programa de Procedimento, realizado no dia 30 de novembro de 2015.

Considerando que só foi apresentada uma candidatura para o lugar na Rua José Loureiro Botas, Praia de Vieira de Leiria, Vieira de Leiria, para a comercialização de marisco foi, ao abrigo do disposto no n.º 7 do artigo 12.º do Programa de Procedimento, dispensada a realização do sorteio e atribuído provisoriamente o direito de uso.

A Câmara Municipal, de acordo com os artigos 5.º, 17.º n.º 1 e 20.º, todos do Regulamento da Atividade de Comércio a Retalho Não Sedentária Exercida Por Feirantes e Vendedores Ambulantes, delibera atribuir o direito de uso, pelo período de cinco anos, a contar da data da emissão do título de ocupação, do lugar na Rua José Loureiro Botas, Praia de Vieira de Leiria, Vieira de Leiria, para a comercialização de marisco a MARIA HELENA RODRIGUES VITORINO SERRALHA, Contribuinte Fiscal n.º 183 229 517.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

**20 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE
DIVERSOS SERVIÇOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 5 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º
82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O
ANO DE 2015.**

880 - Considerando a relação de serviços a contratar que consta do Anexo 1, atentas as requisições internas emitidas pelas várias unidades orgânicas da Câmara Municipal da Marinha Grande, nas quais se justifica a necessidade da sua contratação.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 14 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro é preceituado que: “(...) *Com exceção dos contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença, estão excecionados do parecer prévio previsto no n.º 5, a celebração e ou as renovações de contratos de aquisição de serviços até ao montante de € 5 000(...).*”

Considerando que nos termos da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e conforme o disposto no art.º 10.º da mesma, trata-se de um contrato de tarefa quando estamos perante a execução de trabalhos específicos de natureza excecional, não podendo exceder o termo do prazo contratual inicialmente estabelecido.

Considerando que existe a dúvida, na presente data, se os serviços a contratar constantes da lista em Anexo 1 consubstanciam um contrato de tarefa e/ou avença, sendo que, se aguarda orientação clarificadora já requerida à CCDRC sobre esta matéria, conforme nosso ofício n.º S/500/2015, de 11/02/2015, do qual se anexa cópia.

Considerando que os contratos que se pretendem celebrar têm valor estimado inferior a 5.000,00€, sem IVA, e que atento o preceituado supra, não é claro que estes estejam excecionados da obtenção do parecer prévio previsto no n.º 5, do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, nos termos do n.º 14 do mesmo artigo.

Assim sendo e considerando que,

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio

favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

E atendendo a que,

- a) A globalidade das tarefas que constam dos processos referenciados no Anexo 1 serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.
- b) Se encontra inscrito em Orçamento da Despesa de 2015 a dotação para a assunção das despesas no ano de 2015 para a contratação dos serviços constantes do Anexo 1, tendo sido emitidos os cabimentos pelo serviço de Contabilidade.
- c) O procedimento a adotar em todos os processos que constam do Anexo 1 é o Ajuste Direto Regime Simplificado, previsto nos artigos 128.º e 129.º ambos do Código dos Contratos Públicos e que em sede de pedidos de orçamento, será devidamente validada a situação de cada entidade consultada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, não sendo emitida qualquer adjudicação sem documento que ateste a existência de situação regular, pelo que, se afigura, face aos elementos constantes de cada um dos processos identificados no Anexo 1, da inexistência de qualquer impedimento à contratação das entidades referidas no anexo.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

- d) É efetuada a demonstração do cumprimento da aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro, conforme documentos apensos a cada um dos processos constantes do Anexo 1.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica aos contratos que se pretendem celebrar, por os pagamentos inerentes a cada serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos serviços referidos no Anexo 1.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DA “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DA APLICAÇÃO INFORMÁTICA AQUAMATRIX PARA OS ANOS 2016 E 2017”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

Esteve presente na reunião a Chefe da DAM - Divisão de Administração e Modernização, **Dr.ª Lina Frazão**, que fez a cronologia dos vários softwares utilizados até 2012, altura em que se migrou para a aplicação AQUAMATRIX, que é utilizada atualmente e cujos serviços se pretendem contratar. Esclareceu também as várias questões técnicas colocadas pelos Srs. Vereadores.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** colocou questões relativas à existência no mercado de outras soluções informáticas que não esta, que lhe parece muito onerosa.

O **Sr. Presidente** propôs votar esta proposta, para não se correrem riscos em 2017.

O **Sr. Vereador Vítor Pereira** referiu que vai votar favoravelmente, deixando no ar a boa explicação da modernização administrativa.

Seguidamente o Sr. Presidente colocou a votação a seguinte proposta:

881 - A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;

- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei 75/2014, de 12 de Setembro, e nos n.ºs 1, 2, 3, 4, 9 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, juntando, para o efeito, os elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e, ou, contraparte.

Presente a informação I/1674/2015 e requisição interna 18861/2015, da Divisão de Administração e Modernização, onde se manifesta a necessidade de contratar a *“Prestação de serviços de operação e manutenção da aplicação informática Aquamatrix para os anos 2016 e 2017”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que a Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 07/12/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

Considerando que o contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que o serviço requisitante propõe o convite à empresa EPAL EMPRESA PORTUGUESA DE AGUAS LIVRES SA, NIPC 500 906 840 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa nos anos de 2016 e 2017 para a contratação da *“Prestação de serviços de operação e manutenção da aplicação informática Aquamatrix para os anos 2016 e 2017”*, nas ações do PAM 2014/A/28 e 2015/A/30, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade em cumprimento das alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, atento o preço base

a aplicar de 45.440 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este cumpre a redução remuneratória, preceituada no n.º 1 e n.º 2 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais, e que a Assembleia Municipal, na sua sessão 24/11/2014, deliberou conceder autorização genérica prévia favorável para a assunção de compromissos plurianuais, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, nos termos constantes da deliberação que se anexa.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, na sua redação atual e o preceituado nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015 e o disposto nas alíneas a) e b) do n.º 1 do art.º 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação da “Prestação de serviços de operação e manutenção da aplicação informática Aquamatrix para os anos 2016 e 2017”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Carlos Logrado votou a favor e proferiu a seguinte declaração de voto:

“Votámos favoravelmente esta deliberação como forma de garantir a continuidade dos bons serviços do serviço de água.

No entanto, face a uma análise comparativa, linear e primária com outros softwares existentes na mesma área, nomeadamente o PHC e o AIRC, chama-nos a atenção para a grande disparidade entre o valor anual que pagamos atualmente, 32.000€, versus 1.500€.

Para além dessa razão, o processo de modernização administrativa que se quer reforçar em 2016, obriga a um processo de reengenharia total dos nossos sistemas onde este software está incluído.

Assim, não obstante o voto favorável, o gabinete de trabalho a criar para o esforço do processo de modernização administrativa deve ter estes elementos em consideração.”

O Sr. Presidente disse que em janeiro irá convidar o Sr. Vereador Carlos Logrado a visitar os serviços de águas, para conhecer a aplicação, tendo-o convidado também para fazer parte da equipa de trabalho para a modernização administrativa.

O **Sr. Presidente** aproveitou a presença da **Chefe da DAM, Dr.ª Lina Frazão**, para lhe solicitar a explicação sobre as questões colocadas no período de antes da ordem do dia relativas aos avisos de cortes de água.

⇒ A **Dr.ª Lina** explicou o procedimento e os vários prazos concedidos após as diversas notificações postais, até se chegar ao corte do fornecimento. Neste momento não há um corte de água sem um aviso prévio.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** disse que percebeu, mas sugeriu que seja colocado um aviso no local de instalação do contador. Pensa que é necessário repensar o sistema.

⇒ Periodicidade da contagem – esclareceu que é feita de 4 em 4 meses, com estimativas muito elevadas. Depois efeito acerto. A solução é comunicar a leitura real mês a mês, ou por estimativa nos 3 meses e real ao 4.º mês. Esta situação vai até 2015, depois passará para mês sim mês não.

⇒ Cães – em meados de outubro foram espalhadas gaiolas na mata, e dia sim dia não é colocada comida fresca. Só se apanharam gatos, cães não. A Câmara não tem pessoas afetas ao canil nem equipamento de captura. A Direção Geral de Veterinária diz que não há equipamento próprio para esta captura. Com as jaulas não se conseguiu, com rede também não, porque eles não se aproximam. A DGV não pode dar ajuda, só conselhos, tendo sido pedida ajuda à Câmara Municipal de Leiria. Também não há no mercado qualquer empresa de prestação de serviços nesta área.

O **Sr. Vereador Carlos Logrado** sugeriu a consulta ao Jardim Zoológico e ao Parque da Maia.



22 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DOS “SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SELECT DO SOFTWARE BENTLEY, PARA O PERÍODO DE 12 MESES”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75.º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

882 - Considerando o parecer favorável emitido pela Câmara Municipal, em reunião de 12/11/2015, relativo à contratação dos “*Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses*”, nos termos do preceituado no n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, conforme deliberação em anexo ao processo.

Considerando que a entidade proposta a convite no parecer favorável emitido pela Câmara Municipal, em reunião de 12/11/2015, foi a BENTWARE - INFORMATICA, UNIPESSOAL, LDA, NIPC 506 769 895.

Considerando que nos termos da informação 39 SC/2015 de 30/11/2015 a empresa BENTWARE - INFORMATICA, UNIPessoal, LDA, NIPC 506 769 895, já não é representante do Software Bentley em Portugal e que a representante passou a ser a empresa MUNDISOFT-DISTRIBUIÇÃO DE SOFTWARE, LDA.

Considerando que a alteração da entidade a convidar implica que o processo de contratação dos *“Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses”* tem de ser novamente submetido a parecer prévio vinculativo.

Atento o exposto e considerando que:

A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2014, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 75º da Lei do Orçamento de Estado de 2015, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, alterado pela Lei n.º 66/2013, de 27 de agosto, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica.

carecem de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças.

O n.º 12 do art.º 75 da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer prévio vinculativo previsto no n.º 5 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 6 do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3 – B/2010, de 28 de abril, 66/2012, de 31 de dezembro, e 80/2013, de 28 de novembro.

A Portaria n.º 149/2015 de 26 de maio, cuja publicitação já vem sendo referida desde a Lei do Orçamento de Estado de 2010 e que entrou em vigor a 27 de maio de 2015, vem regulamentar, para a Administração Local, os termos e tramitação do parecer prévio

favorável e da autorização previstos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.

Assim sendo e considerando que nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação cumulativa dos requisitos preceituados nas alíneas a), b), c) e d) do artigo 3.º da Portaria 149/2015 de 26 de maio, que regulamenta os termos e tramitação do parecer prévio, a saber:

- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público;
- Existência de cabimento orçamental;
- Inexistência de impedimento à celebração ou renovação do contrato quando a eventual contraparte seja determinável;
- Demonstração da impossibilidade do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2015, considerando que em sede de concurso público realizado no âmbito do PA 76/2015-AP/DFTI não foram apresentadas propostas por nenhum dos interessados mas apenas declarações da inexistência de condições para a apresentação das mesmas.

A requisição interna n.º 18505/2015 e informação SS/06/2015, da Divisão de Ordenamento do Território, onde se manifesta a necessidade da contratação de “*Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses*”, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 12 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e cuja globalidade das tarefas a executar serão exercidas com autonomia, sem caráter de subordinação e imposição de horário de trabalho, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

A Portaria 48/2014 de 26/02, determina que seja realizada a verificação prévia, da existência de trabalhadores em situação de requalificação, aptos a suprir as necessidades identificadas, através de formulário a submeter no site do INA e que através de mail, datado de 09/11/2015, o INA informou que não existem trabalhadores em situação de requalificação para a realização dos serviços objecto do procedimento a contratar, conforme se atesta em mail anexo.

O contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 5 do art.º 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015 e que o procedimento a adotar é o Ajuste Direto previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

O serviço requisitante propõe o convite à empresa MUNDISOFT-DISTRIBUIÇÃO DE SOFTWARE, LDA., NIPC 502 661 119 e que esta possui a sua situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social, conforme documentação em anexo.

Se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2015, para a contratação de “*Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses*”, na classificação orgânica/económica 05/020219, na ação do PAM 2014/A/83, tendo sido atestada a existência de dotação, pelos serviços da área de contabilidade, atento o preço base a aplicar de 8.811 euros, acrescidos de I.V.A. à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita o preceituado no n.º 2 e n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, conforme se atesta em documentação anexa.

Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para a contratação de “*Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses*”, por os pagamentos inerentes ao serviço que se pretende contratar serem efetuados na íntegra no ano de 2015, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os requisitos preceituados nos n.º 5 e n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2015, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, emitir parecer favorável à contratação de “*Serviços de manutenção Select do software Bentley, para o período de 12 meses*”.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PARA OS “SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES E DE TRANSPORTES DE INTERESSE MUNICIPAL E RELEVANTE NO ÂMBITO DE PROJECTOS EDUCATIVOS, CULTURAIS E DESPORTIVOS APOIADOS PELO MUNICÍPIO, PARA O ANO 2016”.

No início da reunião o Sr. Presidente comunicou o seu impedimento neste ponto, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que é o Presidente do Conselho de Administração da TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande E.M. Unipessoal, S.A..

Declarado o impedimento, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código, o Sr. Presidente ausentou-se da sala, sendo substituído pela Sr.ª Vice-Presidente.

883 - Presente a informação I/AQ_04/2015 e a requisição interna n.º 17056/2015, ambas da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, nas quais se manifesta a necessidade da contratualização dos *“Serviços de transportes escolares e de transportes de interesse municipal e relevante no âmbito de projectos educativos, culturais e desportivos apoiados pelo Município, para o ano 2016”* à empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A.

Considerando que a contratação do serviço à empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A. não carece de procedimento para a formação de contratos por se tratar de contratação excluída, nos termos do disposto no artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, que preceitua que:

“...a parte II do presente Código não é aplicável à formação de contratos, independentemente do seu objecto, a celebrar por entidades adjudicantes com uma outra entidade, desde que:

- a) A entidade adjudicante exerça sobre a actividade desta, isoladamente ou em conjunto com outras entidades adjudicantes, um controlo análogo ao que exerce sobre os seus próprios serviços.*
- b) Esta entidade desenvolva o essencial da sua actividade em benefício de uma ou várias entidades adjudicantes que exerçam sobre ela o controlo análogo referido na alínea anterior...”*

Considerando que, face ao exposto, pode efetuar-se a contratualização da aquisição de serviços diretamente junto da empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A. por reunir cumulativamente os seguintes requisitos:

- O Município exerce sobre a empresa municipal o mesmo tipo de controlo que exerce sobre os seus serviços e no caso em apreço acresce ainda que o Município da Marinha Grande detém 100% do capital social da mesma.
- A empresa municipal TUMG-TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE, E.M. UNIPessoal S.A. realiza a maior parte dos seus serviços com o Município.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 8 do artigo 75.º da Lei 82-B/2014 de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2015, não estão sujeitas ao disposto nos números 1 e 5 do artigo 75.º do mesmo diploma, isto é, não estão sujeitas a parecer prévio vinculativo e redução remuneratória: *“(...)A celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos ou serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação do n.º 1(...)”* em conjugação com a alínea b) do n.º 3 do mesmo artigo.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2015 a dotação para a assunção de despesa no ano de 2016 para a contratação dos *“Serviços de transportes escolares e de transportes de interesse municipal e relevante no âmbito de projectos educativos, culturais e desportivos apoiados pelo Município, para o ano 2016”*, na

classificação orgânica/económica 0103/020210, ação do PAM 2014/A/178, sendo o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar, pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar, de 287.904,52 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 23/11/2015, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para contratação dos “*Serviços de transportes escolares e de transportes de interesse municipal e relevante no âmbito de projectos educativos, culturais e desportivos apoiados pelo Município, para o ano 2016*” dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º1 do artigo 6º da Lei n.º8/2012 de 21 de Fevereiro.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a proposta dos serviços, de acordo com o artigo 18º, n.º 1, alínea b), do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho, o artigo 33º, n.º 1, alínea f) e dd) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e de acordo com o artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos, delibera:

- Autorizar a realização da despesa subjacente ao contrato até ao limite de 287.904,52 euros, acrescidos de IVA à taxa de 6%;
- Tomar a decisão de contratar com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- Excluir a celebração do contrato de “*Serviços de transportes escolares e de transportes de interesse municipal e relevante no âmbito de projectos educativos, culturais e desportivos apoiados pelo Município, para o ano 2016*” de procedimento para a formação de contratos, nos termos do artigo 5.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 5 votos a favor e 1 voto contra do Sr. Vereador Carlos Logrado, pelas razões já invocadas nas anteriores declarações de voto proferidas aquando da votação de assuntos relativos à empresa municipal TUMG, S.A..

O Sr. Presidente esteve ausente, por estar impedido.

24 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE “ALUGUER DE PLATAFORMA DE GESTÃO DE BILHÉTICA PARA A CASA DA CULTURA – TEATRO STEPHENS, PARA O PERÍODO DE 36 MESES E AQUISIÇÃO DO RESPECTIVO EQUIPAMENTO”, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 12 DO ARTIGO 75º DA LEI N.º 82-B/2014, DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2015.

Assunto retirado da ordem do dia.

25 - RETIFICAÇÃO DE OBJETO DO APOIO FINANCEIRO - SOCIEDADE DE BENEFICÊNCIA E RECREIO 1.º DE JANEIRO

884 - A Sociedade de Beneficência e Recreio 1.º de Janeiro apresentou uma candidatura em 19 de fevereiro de 2015 para aquisição de um robot digital e três mesas de ténis (incluindo os equipamento associados) na qual apresentou um orçamento para aquisição do robot e das três mesas (anexo A).

Posteriormente, depois da solicitação de alguns elementos por parte dos serviços para complemento da candidatura, a entidade voltou a apresentar nova estimativa de custos, desta vez apenas para aquisição de duas mesas de ténis e um robot (anexo B), tendo sido esse o valor que foi considerado para efeitos de cálculo da percentagem de financiamento a atribuir por parte do Município da Marinha Grande, já que o apoio que estes passaram a pretender era para aquisição das duas mesas.

Deste modo, atendendo a que o objeto do apoio financeiro deveria ter sido apoio para execução de programa de desenvolvimento desportivo que consiste na aquisição de um robot e duas mesas de ténis de mesa, apresentado pela entidade beneficiária, conforme orçamento retificado, vimos pelo presente propor a retificação do objeto do apoio financeiro bem como no n.º 1 da cláusula 1.ª do contrato programa.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo do n.º 1 do artigo 174.º Código do Procedimento Administrativo, publicado pelo DL 4/2015 de 7 de janeiro retificar o objeto do apoio financeiro para aquisição de um robot e duas mesas de ténis de mesa, bem como a retificação do n.º 1 da cláusula 1.ª do contrato para:

1 - O presente contrato tem por objeto a execução de um programa de desenvolvimento desportivo que consiste na aquisição de um robot e duas mesas de ténis de mesa, apresentado pela entidade beneficiária.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

"Declaro abster-me pelas mesmas razões que fundamentaram a abstenção aquando da aprovação do apoio em apreço."

26 - RETIFICAÇÃO DE PERCENTAGEM DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO E ESCOURA

Sobre esta proposta, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu o seguinte:

"O objeto desta candidatura é a substituição de telhas de amianto na cobertura da sede, uma obra orçamentada em 21.500,00 €, para a Camara qual decidiu atribuir um subsídio de 10.000,00 €, que corresponde a 46,5% do investimento total. Pela avaliação dos critérios do regulamento existente teve uma pontuação de 29 pontos."

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

O ponto 27 da ordem de trabalho, é um processo semelhante para outro Clube, em que o objeto da candidatura é igualmente as obras na sede, nomeadamente o telhado e as casas de banho. Esta obra foi orçamentada em € 51.458,00€, e foi-lhe atribuído o subsídio de € 2.000,00, correspondendo a 3,8% do investimento total. A pontuação à luz dos critérios foi de 26,3 pontos.

Comparativamente são obras semelhantes com uma avaliação idêntica nos critérios, mas com uma decisão da parte do executivo permanente que revela uma tremenda injustiça e discricionariedade. Por isso temos dito inúmeras vezes que é necessário rever o regulamento, para que as decisões sejam transparentes e não fique ao livre arbítrio de quem quer decidir."

885 - A Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura apresentou uma candidatura em 30 de dezembro de 2014 (anexo A) para substituição das telhas de amianto da cobertura da sede da coletividade, tendo com a mesma apresentado um orçamento de 21 500€ (vinte e um mil e quinhentos euros) mais IVA a 23%.

A Câmara Municipal deliberou atribuir 10 000 euros (dez mil euros) para comparticipar a realização do objeto desta candidatura (anexo B).

O valor do custo total do investimento que foi considerado para cálculo da percentagem de financiamento, foi o valor do orçamento com IVA incluído.

A entidade apresentou em 20 de novembro de 2015 um relatório de execução sobre o contrato-programa no qual informou que o IVA é autoliquidado, pelo que, salvo melhor opinião, os custos totais com a execução do objeto de financiamento devem ser considerados sem IVA para cálculo da percentagem de financiamento (anexo C).

Atendendo ao exposto, propõe-se a retificação da percentagem de comparticipação financeira para 46,5116%, bem como a retificação do n.º 2 da cláusula 4.ª do contrato programa em anexo (D), para:

2 - O valor global do investimento é de 21 500,00 euros (vinte e um mil e quinhentos euros) sem IVA, sendo o valor máximo de comparticipação financeira de 10 000 euros (dez mil euros), que corresponde a 46,5116% dos custos efetivos totais do objeto do contrato, sem IVA.

A Câmara Municipal analisou a proposta e delibera, ao abrigo do n.º 1 do artigo 174.º Código do Procedimento Administrativo, publicado pelo DL 4/2015 de 7 de janeiro retificar a percentagem de comparticipação financeira para 46,5116%, bem como a retificação do n.º 2 da cláusula 4.ª do contrato programa em anexo (D), para:

2 - O valor global do investimento é de 21 500,00 euros (vinte e um mil e quinhentos euros) sem IVA, sendo o valor máximo de comparticipação financeira de 10 000 euros (dez mil euros), que corresponde a 46,5116€ dos custos efetivos totais do objeto do contrato, sem IVA.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

"Parece inevitável que, reunião após reunião, tenha que fazer sucessivas declarações de voto sobre a atribuição dos subsídios, no âmbito do apoio às associações, que claramente

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

denunciam as profundas injustiças na atribuição dos apoios concedidos. É inexplicável que associações que realizem investimento referentes ao mesmo tipo de obras tenham apoios tão diferentes, uma é apoiada em 46,5% (Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura) e outra 3,8% (Clube Desportivo e Recreativo de Amieira). ”

27 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – Clube Desportivo e Recreativo da Amieira – Decisão Final

Sobre esta proposta, o **Sr. Vereador Aurélio Ferreira** referiu o seguinte:

“Este processo está explicado no ponto anterior (26) e a informação de não realizar a obra por não terem disponibilidade financeira, só pode ter a ver com a indignação que tiveram, dado que as obras das casas de banho estão neste momento a ser realizadas.”

886 - Em reunião de Câmara de 23 de julho de 2015, deliberação n.º 523, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo das alíneas o), n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e do n.º 4 e 6 do artigo 13.º, e do n.º 4 do artigo 14.º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra (adiante designado por regulamento), apoiar a candidatura do Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, para obras nas instalações da sede no valor de 2.000€ (dois mil euros).

Foram elaborados os respetivos contratos programa, que foram assinados e autenticados pelo Sr. Paulo Jorge Campos Vicente na qualidade de Vice-Presidente, no dia 19 de agosto de 2015.

O Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, enviou ofício à Câmara Municipal, datado de 21/10/2015, com a E/8996/2015 a informar que não se encontrava em condições de assinar o contrato programa, por falta de disponibilidade financeira para a execução das obras candidatas.

No n.º 8 da cláusula 4.º do contrato programa aprovado consta que «a despesa inerente a este contrato será satisfeita por dotação existente na seguinte classificação económica: 06/080701, cabimento n.º 1690/2015, compromisso n.º 1539/2015», a Câmara Municipal.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea o) do n.º 1 do art.º 33º da Lei nº 75 /2013 de 12 de setembro e, nos termos do n.º 1 do artigo 17º, do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, delibera determinar a perda automática do apoio concedido em deliberação de Câmara, datada de 23 de julho de 2015, em nome do Clube Desportivo e Recreativo da Amieira, em virtude de não ter sido realizadas as obras propostas.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“Parece inevitável que, reunião após reunião, tenha que fazer sucessivas declarações de voto sobre a atribuição dos subsídios, no âmbito do apoio às associações, que claramente denunciam as profundas injustiças na atribuição dos apoios concedidos. É inexplicável que associações que realizem investimento referentes ao mesmo tipo de obras tenham apoios tão diferentes, uma é apoiada em 46,5% (Sociedade Desportiva e Recreativa Pilado e Escoura) e outra 3,8% (Clube Desportivo e Recreativo de Amieira).”

28 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA CUSTEAR DESLOCAÇÕES DE ALUNOS NO ÂMBITO DO ENSINO ARTICULADO

Assunto retirado da ordem do dia.

29 - ATRIBUIÇÃO DE APOIOS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE FÍSICA PARA A 3.ª IDADE NO ANO DE 2015

887 - Presente deliberação 26 de novembro de 2015, na qual foi aprovado o Programa de Promoção da Atividade Física para a 3.ª Idade de 2015.

Presentes as candidaturas apresentadas pelas seguintes entidades:

ENTIDADE	NIF
Clube Desportivo da Garcia	501 935 369
Clube Desportivo Moitense	501 216 049
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	500 892 113
Sport Operário Marinhense	501 417 702

Considerando que com este programa se pretende alcançar, para além dos benefícios fisiológicos identificados, melhorias ao nível da autoestima, autonomia, qualidade de vida, diminuição da ansiedade, *stress* e solidão das pessoas idosas do concelho da Marinha Grande.

Considerando que as atividades se têm vindo a desenvolver mensalmente, ao longo do ano de 2015, no mínimo, uma vez por semana, nas instalações das entidades parceiras, sendo as atividades físicas promovidas em horários da sua inteira responsabilidade.

Considerando que as entidades abaixo identificadas já se encontram em condições de beneficiar de apoio financeiro.

Considerando que a promoção das atividades acarretam custos;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

Propõe-se atribuir um apoio financeiro de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) a cada entidade, destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos e aquisições de materiais de apoio às aulas ao longo do ano.

A Câmara Municipal analisou a proposta, com a qual concorda na íntegra, e delibera, ao abrigo da alínea u) do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a atribuição de um apoio financeiro às entidades abaixo designadas, nos seguintes termos:

ENTIDADE	NIF	MONTANTE
Clube Desportivo da Garcia	501 935 369	1500,00€
Clube Desportivo Moitense	501 216 049	1500,00€
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	500 892 113	1500,00€
Sport Operário Marinhense	501 417 702	1500,00€

As verbas estão previstas em Plano de Atividades Municipais na ação 2015/A/113

A Câmara Municipal delibera ainda aprovar a minutas de contrato-programa em anexo (Anexo 1), a celebrar com as entidades beneficiárias, que estabelecem os termos desta parceria bem como as respetivas obrigações das entidades, e aprovar como data de produção de efeitos o dia 1 de janeiro de 2015.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

O Sr. Vereador Aurélio Ferreira proferiu a seguinte declaração de voto:

“Considero fundamental a promoção do exercício físico para todos, em especial para a terceira idade. No entanto, discordo deste programa de desenvolvimento da actividade física para a 3ª idade porque define um subsídio igual para todas as entidades, não fazendo a discriminação positiva em função do número de utentes, do tipo de actividades, do número de horas semanais que cada entidade presta.

A cláusula 8ª do regulamento diz que “O valor do apoio financeiro é de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros) destinado exclusivamente ao pagamento das despesas com recursos humanos e aquisições de materiais de apoio às aulas efetuadas ao longo do ano.”

Atribuir um valor igual a todos, não é correcto e seria mais justo se o apoio financeiro fosse pago em função do serviço que cada instituição realiza, tendo em conta o seu empenhamento, o número de recursos humanos envolvidos, o número de utentes ou o tempo dispendido.

Apenas como exemplo não devia ser dado o mesmo apoio a uma instituição que tenha um atividade de uma hora num único dia da semana com cinco elementos, comparativamente a outra com atividades diárias de algumas horas, com dezenas de utentes e diversos técnicos envolvidos.”

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

30 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO PARA CUSTEAR A AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS PARA A ORQUESTRA JUVENIL DA MARINHA GRANDE

Assunto retirado da ordem do dia.

31 - APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO – ÉPOCA DESPORTIVA 2015/2016

Neste ponto, o Sr. Vereador Carlos Logrado comunicou o seu impedimento relativamente à Sociedade de Instrução e Recreio 1.º de Maio, de Picassinos, nos termos do previsto no artigo 69.º, n.º 1, alínea a) do Código do Procedimento Administrativo, uma vez que pertence aos órgãos sociais da referida associação.

O Sr. Presidente declarou o impedimento do Sr. Vereador, nos termos do artigo 70.º, n.º 4, do mencionado Código,

888 - A atividade física é o instrumento mais económico de saúde pública. As verbas investidas na promoção da atividade física para a população, nomeadamente a jovem, devem ser encaradas como um investimento na saúde e bem-estar.

Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

Incumbe ao Estado, no sentido de todos os poderes públicos, em colaboração com as associações e coletividades desportivas, promover, estimular e orientar a prática e a difusão da cultura física e do desporto, de acordo com o artigo 79.º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios de acordo com os *“Critérios de Financiamento à Atividade Física* aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, necessariamente conjugados com os critérios aprovados em deliberação de Câmara de 09/09/1999 e critérios criados em 1995, com as devidas atualizações realizadas ao longo dos anos, celebrando com estes contratos—programa conforme exigência legal.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

A Câmara Municipal, de acordo com competência prevista na alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibera atribuir o apoio financeiro à atividade desportiva federada, através da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo, com as entidades mencionadas no seguinte quadro resumo:

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR
ATLÉTICO CLUBE MARINHENSE	501224254	20 788,00 €
ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA COMEIRA	500787654	750,00 €
CLUBE DE ATLETISMO DA MARINHA GRANDE	503912530	10 000,00 €
CLUBE DESPORTIVO DA GARCIA	501395369	2 200,00 €
DESPORTIVO NÁUTICO DA MARINHA GRANDE	501089721	1 500,00 €
ESCOLA ACADEMIA SPORTING MARINHA GRANDE	509495281	6 600,00 €
ESCOLA JUDO ESTRELA MARINHENSE	501644300	3 550,00 €
FUTEBOL CLUBE “OS BELENENSES”	501124683	1 000,00 €
JUDO CLUBE DA MARINHA GRANDE	506889955	5 000,00 €
SOCIEDADE DE BENEFICIÊNCIA E RECREIO 1.º DE JANEIRO	501623051	650,00 €
SOCIEDADE DE INSTRUÇÃO E RECREIO 1º DE MAIO	501056467	39 350,00 €
SPORT LISBOA E MARINHA	501219340	15 384,00 €
SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	501417702	21 737,50 €
SPORTING CLUBE MARINHENSE	501150544	24 050,00 €
TOTAL		152 559,50 €

Delibera ainda aprovar a minuta de contrato-programa em anexo (Anexo 2), a celebrar com as entidades acima descritas.

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2015/A/194 do Plano de Atividades Municipais.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Aurélio Ferreira, que proferiu a seguinte declaração de voto:

“A prioridade nesta matéria passa por definir uma política social, cultural e desportiva concelhia, que envolva as associações numa acção concertada, onde sejam claros os objectivos e os resultados a obter.

Passaram mais uns tempos sobre esta discussão em reunião de câmara e continua sem haver a revisão do regulamento. Se no ultimo ano tínhamos reconhecido com agrado a forma como a informação técnica que foi produzida, os documentos facultados e o registo das atas da reunião dos elementos do júri nos tinham sido facultados, desta vez registamos com profunda magoa que nada nos tenha sido disponibilizado, desconhecendo a metodologia e os critérios que foram adoptados.

Insistimos na falta de transparência, que nem a recomendação dos auditores serviu. Relembro o que foi escrito na auditoria às contas, referindo que deve ser feita “a revisão do processo de atribuição de subsídios...”.

Não se percebe qual a verba que será atribuída em função da pontuação que cada associação/clube mereceu e isto deveria ser definido antes da análise de qualquer candidatura para que seja clara a imparcialidade e a objectividade da análise. Também não está claro que todas as candidaturas admitidas vão beneficiar de apoio, como aliás já sucedera em processos anteriores, nem que valor corresponde ao tipo de pontuação, nem quando será pago o apoio. Pela análise do processo e tendo em conta os critérios de apoio destinados ao desporto federado (definidos em reunião de 26.09.2002), há modalidades que nunca serão consideradas, veja-se o exemplo da patinagem de velocidade. A decisão de apoiar as associações e a verba que lhes será atribuída deve ocorrer antes da realização dos eventos. Registo que temos quase meia época desportiva decorrida e ainda estamos para aprovar o contrato. Já o pagamento não há data definida.

Sou incondicionalmente favorável a uma política criteriosa de apoio ao associativismo. Representa a expressão de um dos mais nobres actos de cidadania, que é o envolvimento de um grupo de pessoas, em regime de voluntariado, em projectos que permitem desenvolver funções de particular relevância para a comunidade. Mas sem uma definição do que queremos para o nosso concelho, continuamos a insistir na subjectividade e o livre arbítrio e permitir as mais diversas interpretações e comentários.

Objectivamente temos critérios adoptados para este processo de candidaturas, mas não temos um regulamento que determine esses critérios e que vincule o município ao cumprimento dos mesmos.

Por essa razão entendo abster-me nesta votação.”

32 - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COMODATO ENTRE O MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE E A ASSOCIAÇÃO SOCIAL, CULTURAL E DESPORTIVA DE CASAL GALEGO REFERENTE A TRÊS FRAÇÕES SITAS NA PRACETA DA LIBERDADE, BLOCO 8, R/C DTO. E ESQ. E 1ª ESQ., ONDE FUNCIONAM ATUALMENTE O SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO, CENTRO DE CONVÍVIO E CENTRO DE DIA

889 - Presente requerimento da Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, com o registo de entrada E/3421/2012, datado de 20 de abril de 2012, a solicitar a renovação do contrato de comodato relativo às três frações autónomas, correspondentes ao rés do chão direito e esquerdo e 1º esquerdo, do Bloco 8, sitas na Praceta da Liberdade – Casal de Malta, anteriormente cedidas por este Município.

Presente informação n.º 1572 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento – D.C.D. - datada de 12/11/2015, na qual é feita uma breve caracterização da Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego relativa à área social.

Considerando que o anterior contrato de comodato teve a duração de 4 anos, tendo terminado em 23 abril de 2012 e que a renovação do referido contrato de comodato não foi efetivada oportunamente, por motivos não imputáveis à instituição (em anexo, documento comprovativo).

A Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego encontra-se a funcionar nas atuais instalações desde janeiro de 2003, tendo como valências o Serviço de Apoio Domiciliário, Centro de Convívio e Centro de Dia.

No Serviço de Apoio Domiciliário são assegurados os serviços de: tratamento de roupa, alimentação, higiene pessoal, limpeza habitacional, colaboração em diversas atividades da vida diária dos idosos, nomeadamente: pequenos recados, acompanhamento a consultas médicas, toma de medicação, acompanhamento à fisioterapia, atividades de animação e recreio. Este Serviço, além de ser prestado durante a semana é ainda assegurado aos fins-de-semana e feriados.

No Serviço de Apoio Domiciliário são apoiados 48 idosos, apesar do acordo celebrado com a Segurança Social prever apenas 42 utentes.

O Centro de Convívio funciona, quer nas instalações em Casal de Malta, quer na sede da Associação, tendo em conta a atividade desenvolvida, em cada dia da semana. As atividades desenvolvidas são de carácter socioeducativo e de lazer, promovendo a autonomia e saúde dos idosos, designadamente: expressão dramática/plástica, aulas de costura, contacto com as novas tecnologias, ginástica, natação e visitas/participação na Feira de Artesanato e Gastronomia da Marinha Grande.

O Centro de Convívio apoia presentemente 25 idosos, contudo o acordo celebrado com a Segurança Social, apenas contempla 15 utentes.

No Centro de Dia são fomentadas as relações interpessoais dos idosos com outros grupos, no sentido de combater o isolamento social dos mesmos. São assegurados nesta valência os serviços de alimentação, higiene pessoal, tratamento de roupa, acompanhamento à fisioterapia e desenvolvidas atividades de animação e recreio, sendo estas coincidentes com as do Centro de Convívio.

O Centro de Dia apoia 11 idosos, embora o acordo celebrado com a Segurança Social preveja apenas 7 utentes.

Atualmente, a Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego presta apoio, em todas as suas valências, a mais idosos do que o previsto no Acordo de Cooperação celebrado com a Segurança Social.

Existindo a necessidade de atribuir um valor de renda mensal a cada uma das frações, e de acordo com o parecer técnico, em anexo, os valores estimados para cada uma das frações, são os infra apresentados.

Praceta da Liberdade, Bloco 8

Fração	Tipologia	Área Bruta	Valor da Renda Mensal
R/C Esquerdo	T3	81,70 m2	165,00€
R/C Direito	T4	97,50 m2	200,00€
1º Esquerdo	T3	81,70 m2	165,00€

O valor corrente para arrendamento destinado a habitação com as características em causa, tendo em conta a localização e o estado de conservação do edifício, é de cerca de 2€/m2.

Considerando a informação supramencionada, o benefício correspondente às três frações importaria em 530,00€ (quinhentos e trinta euros), perfazendo um montante anual de 6.360,00€ (seis mil, trezentos e sessenta euros).

Que a Associação em causa tem desenvolvido um trabalho social de extrema relevância e carácter meritório, no apoio aos idosos e suas famílias, no concelho da Marinha Grande.

Considerando por fim, que existe necessidade de dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pela Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, nos últimos anos.

A Câmara analisou a referida informação e delibera no uso das competências previstas nas alíneas u) e ee) do n.º1, do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 25/2015, de 30 de março, concordar com a celebração de um contrato de comodato com a Associação Social, Cultural e Desportiva de Casal Galego, relativo às três frações autónomas, correspondentes ao rés-do-chão direito e esquerdo e 1º esquerdo, por um período de dois anos, renovável anualmente, devendo a Associação assumir as despesas respeitantes aos consumos de água, energia elétrica e gás, limpeza, comunicações e outras decorrentes da utilização das frações autónomas cedidas.

Mais delibera, aprovar a minuta do contrato de comodato, que se anexa (Anexo 3).

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
10/12/2015.

Mandato de 2013/2017
Ata nº 33

33 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia nove de dezembro de dois mil e quinze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **9.883.132,19 €** (nove milhões, oitocentos e oitenta e três mil, cento e trinta e dois euros e dezanove cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

890 - Por último, a Câmara delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 13:45 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Presidente

A Secretária da reunião